

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDO REDEDE RODRIGUES

**O PROJETO KANTIANO DE PAZ PERPÉTUA E SEUS REFLEXOS NO DIREITO
INTERNACIONAL DO SÉCULO XX**

CURITIBA

2010

FERNANDO REDEDE RODRIGUES

**O PROJETO KANTIANO DE PAZ PERPÉTUA E SEUS REFLEXOS NO DIREITO
INTERNACIONAL DO SÉCULO XX**

Monografia apresentada à disciplina de
Filosofia do Direito, como requisito parcial à
conclusão do curso de Bacharelado em
Direito Setor de Ciências Jurídicas,
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Antonio Serbena

CURITIBA

2010

Ao meu amor,
aos meus pais
e à minha irmã

Imagine there's no countries
It isn't hard to do
Nothing to kill or die for
And no religion too

John Lennon

RESUMO

A obra de Immanuel Kant, a qual trata de modo brilhante o pensamento filosófico que lhe era contemporâneo, lançou luzes que se estendem para além de seu tempo, influenciando dois séculos de filosofia. Um exemplo desta influência marcante da obra kantiana na cultura ocidental é o escrito *À Paz Perpétua*, o qual foi recebido calorosamente pelos revolucionários franceses do século XVIII e lida com empolgação pelos líderes políticos internacionais do pós Primeira Guerra. Esta obra de singela escrita insere-se no pensamento daquilo que Kant denominou metafísica dos costumes – seu sistema de filosofia do direito e da moral. Composta segundo o estilo dos tratados de paz do século XVIII, ela prescreve preceitos que conduziriam ao fim das hostilidades bélicas e normas básicas a instituir um estado civil entre as nações, através da força pacificadora das repúblicas, de uma associação de Estados e do que Kant conceituaria por “Direito Cosmopolita”: o reconhecimento do indivíduo como cidadão do mundo. Por certo que, por mais que sejam perceptíveis os reflexos desta obra no último século, deve-se ter cautela ao se estudar um texto distante 200 anos, pelo que uma revisão conceitual é necessária para correta compreensão do pensamento do filósofo prussiano.

Palavras-chave: Immanuel Kant, filosofia do direito, direito internacional, direito cosmopolita.

RESUMEN

La obra de Immanuel Kant, que brillantemente explica el pensamiento filosófico de su época, lanzó luces que se extienden más allá de su tiempo, influyendo en los dos siglos siguientes de la filosofía. Un ejemplo de esta influencia relevante de la obra de Kant en la cultura occidental es el texto *La Paz Perpetua*, que fue recibido calurosamente por los revolucionarios franceses del siglo XVIII y ávidamente leído por los líderes políticos internacionales después de la Primera Guerra Mundial. Este trabajo de escritura simple se encuentra inserte en la idea de lo que Kant llamaría la metafísica de las costumbres - su sistema de filosofía del derecho y de la moral. Compuesta según el estilo de los tratados de paz del siglo XVIII, este texto prescribe los preceptos que conducirían a la cesación de las hostilidades de la guerra y reglas básicas para el establecimiento de un estado civil entre las naciones a través de la fuerza pacificadora de las repúblicas, de una asociación de Estados y de lo que Kant concibió por "Derecho Cosmopolita": el reconocimiento de la persona como un ciudadano del mundo. Sin embargo, aunque lo sean notables los reflejos de este trabajo en el último siglo, hay que poner atención al estudiar un texto que tiene más de 200 años, por lo que una revisión conceptual es necesaria para la correcta comprensión del pensamiento del filósofo prusiano.

Palabras clave: Immanuel Kant, filosofía del derecho, derecho internacional, derecho cosmopolita.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
2. IMMANUEL KANT – BREVE BIOGRAFIA	08
3. FILOSOFIA DO DIREITO	09
3.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS: NOTAS DE CORRENTES DE PENSAMENTOS ANTERIORES A KANT	09
3.2. MORAL E DIREITO	11
3.2.1. A metafísica dos costumes	12
3.2.2. A definição de Direito em Kant	15
4. A PROPOSTA KANTIANA DE PAZ PERPÉTUA	17
4.1. CONTEXTO HISTÓRICO DE EDIÇÃO DA OBRA À PAZ PERPÉTUA	17
4.2. EXPOSIÇÃO SUCINTA DA OBRA	18
4.2.1. Artigos preliminares	19
4.2.2. Artigos definitivos	23
4.2.2.1. Primeiro artigo definitivo: <i>A constituição civil de todo o Estado deve ser republicana</i>	25
4.2.2.2. Segundo artigo definitivo: <i>O direito das gentes deve fundar-se em uma federação de Estados livres</i>	29
4.2.2.3. Terceiro artigo definitivo: <i>O direito cosmopolita deve limitar-se as condições de hospitalidade universal</i>	32
4.2.3. Garantia e artigo secreto para a paz perpétua	35
4.3. DEFINIÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E PROJETO DE PAZ PERPÉTUA	37
5. REFLEXOS DO PROJETO KANTIANO NO DIREITO INTERNACIONAL	41
5.1. PROBLEMATIZAÇÃO DA APLICAÇÃO CONTEMPORÂNEA DOS IDEAIS KANTIANOS DE PAZ PERPÉTUA	43
5.2. REFORMULAÇÃO DA IDEIA KANTIANA	46
5.2.1. Revisão de conceitos kantianos proposta por Habermas	49
5.3. COSMOPOLITISMO E OPINIÃO PÚBLICA – DIREITOS HUMANOS NO PROJETO DE KANT	53
6. CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS	59

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico tem como escopo a reflexão sobre a obra *À Paz Perpétua*, escrita por Immanuel Kant no fim do século XVIII, cujo esplendor, porém, alcança os dias atuais. Este projeto de paz perpétua, além de buscar a aplicação da filosofia kantiana ao plano empírico, propõe a realização jurídica deste imperativo da razão – a cessação do estado de guerra entre os povos e o estabelecimento de um estado jurídico.

Inicialmente, far-se-á uma breve abordagem da filosofia do direito de Kant, na esteira do que Norberto Bobbio escreveu a respeito do tema, enfatizando-se a diferenciação entre moral e direito e a definição de direito, segundo o filósofo prussiano. Antes, contudo, apresentar-se-á, sucintamente, o embate filosófico antecedente a Kant, entre racionalismo e empirismo, o qual influenciou determinadamente o pensamento crítico kantiano.

Num segundo momento, tratar-se-á especificamente sobre a obra *À Paz Perpétua*, fazendo-se uma contextualização com o momento histórico em que foi produzida – tarefa esta realizada, principalmente, ao longo da reflexão de seu texto. Por razões didáticas, a análise dos tópicos seguirá a sequência em que foram apresentados por Kant na obra. Conjuntamente, far-se-á correspondência entre a matéria abordada neste projeto com o que Kant escrevera em sua *Metafísica dos Costumes* ao tratar acerca do direito público e suas três dimensões – Direito do Estado, das Gentes e Cosmopolita. Ao final desta seção, propor-se-á uma breve discussão sobre a correlação entre definição kantiana de direito público e seu projeto de paz perpétua.

Na última parte desta monografia, será feito um estudo sobre a influência da obra *À Paz Perpétua* nas Relações Internacionais durante o século XX, com destaque para a formação da Liga das Nações e a da Organização das Nações Unidas. Adiante, baseando-se no que discorreu Jürgen Habermas quando problematizou a contemporaneização do ideal kantiano de paz perpétua, realizar-se-á uma discussão sobre a aplicação hodierna do projeto de Kant, discorrendo-se, ao fim, acerca da relação, muitas vezes deturpadas, entre moral e direito no seio de uma política internacional de direitos humanos.

2. IMMANUEL KANT – BREVE BIOGRAFIA

Immanuel Kant nasceu em Königsberg (atual Kaliningrado) em 22 de abril de 1724. Estudou toda sua vida em sua cidade natal, tendo iniciado no Collegium Fridericianum, cujo diretor, Francisco Alberto Schultz, adepto do pietismo,¹ encaminhou-o à Universidade de Königsberg, em 1740. Ali, teve contato com a filosofia de Martin Knutzen, também adepto do pietismo, porém discípulo de Cristiano Wolff, quem Hegel posteriormente definiria como o instrutor da Alemanha.²

Em 1747, publicou sua primeira obra: *Pensamentos sobre a verdadeira avaliação das forças vivas*. Não obstante seu desempenho acadêmico, Kant deixou a faculdade antes de completar todos os graus, em razão da morte de seu pai, e, como meio de sustento, trabalhou como professor particular, sem, no entanto, deixar os estudos. No ano de 1755, publicou sua segunda obra, tendo, neste mesmo ano, obtido a promoção³ pela universidade, seguida de uma habilitação para lecionar um curso livre. Em 1770 conquistou o grau de professor titular da Universidade de Königsberg, onde desempenhou toda sua atividade docente.

É possível classificar as obras de Kant em três grandes períodos de sua vida. Num primeiro momento, suas ideias pessoais ainda não tomaram forma, comungando do pensamento filosófico dominante na Alemanha – o racionalismo dogmático de Leibniz. Esse período cessa-se quando Kant tem contato com o ceticismo de Hume, haja vista o dogmatismo racionalista apresentar-se incapaz de resistir à crítica do filósofo escocês. Neste período, Kant lê a obra de Rousseau, a qual o conduz mais a formulações de problemas do que a proposições de soluções.⁴

Apenas a partir de 1770 é que se começa a divisar um esboço de filosofia propriamente kantiana. É entre os anos de 1780 e 1790 que Kant publicou suas obras de grande relevo: as três grandes críticas,⁵ os *Prolegômenos* (1783) e a *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785). Após a publicação da última *Crítica*, em 1790, a filosofia kantiana pode-se considerar-se completa, pois as publicações posteriores não modificariam em nada o pensamento do autor.⁶

1 Doutrina religiosa, de Jakob Spener (1635-1705), que influenciou o pensamento moral de Kant.

2 PASCAL, Georges. *Compreender Kant*, trad. de R. Vier, 3ª Ed., Petrópolis, Vozes, 2007, p. 14.

3 Espécie de diploma de conclusão de curso.

4 *Ibidem*, p. 16 e 17.

5 *Crítica da Razão Pura*, em 1781 (2ª Ed, revista, em 1787); *Crítica da Razão Prática*, em 1788; *Crítica do juízo*, em 1790.

6 PASCAL, *op. cit.*, p. 17.

3. FILOSOFIA DO DIREITO

As obras de Kant de maior interesse à filosofia do direito são a *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785), *Princípio do Direito Natural* (1793) e *A Metafísica dos Costumes* (1797), além de *À Paz Perpétua*, um ensaio filosófico datado de 1795, o qual versa sobre Direito Internacional, especificamente quanto à questão da guerra e da paz, cuja análise sucinta será posteriormente exposta.

Entretanto, antes de se deter detalhadamente na filosofia do direito de Kant, faz-se mister uma breve nota das correntes de pensamento que o antecederam, com o fito de situar adequadamente sua obra.

3.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS: NOTAS DE CORRENTES DE PENSAMENTOS ANTERIORES A KANT

Um fator imprescindível para o entender a obra de Kant é o embate entre o racionalismo e o empirismo.⁷ Enquanto o primeiro “explicava o conhecimento humano a partir da existência de ideias *inatas*, o empirismo pretendia dar uma explicação do conhecimento a partir da *experiência*”,⁸ com a consequente eliminação da noção de ideia inata e a desconsideração da Razão como a única autoridade para o conhecimento.

René Descartes foi um dos precursores do racionalismo, com a proposição de um método racional pelo qual se poderia chegar a um conhecimento seguro. Em seu livro *Discurso do Método*, Descartes procura descrever um método universal, fundado no rigor matemático e no encadeamento racional.⁹ O cunho evidentemente racionalista é observado desde seus primeiros preceitos lógicos para a busca da verdade.¹⁰

7 Por certo que há muitas outras correntes filosóficas que antecederam a obra de Kant e que são merecedoras de grande relevo – desde a Grécia ao Renascimento. Conquanto, em razão das limitações deste trabalho, apenas far-se-á menção às correntes de pensamentos *imediatamente* anteriores à obra de Kant.

8 LEITE, Flamarion T. *Manual de Filosofia Geral e Jurídica: das origens a Kant*, 2ª Ed., Rio de Janeiro, Forense, 2008, p. 83.

9 *Ibidem*, p. 84.

10 “O primeiro era não aceitar jamais alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal: isto é, evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e nada incluir em meus julgamentos senão o que se apresentasse de maneira tão clara e distinta a meu espírito que eu não tivesse nenhuma ocasião de colocá-lo em dúvida.” Mais tarde, no *Princípios de Filosofia*, Descartes iria definir os critérios de clareza e distinção. (DESCARTES, René. *Discurso do Método*,

Os escritores empiristas, diferentemente, opunham-se à defesa da Razão como fonte por excelência do conhecimento. Conforme descreveu John Locke, o espírito seria uma tábula rasa na qual a *experiência* cobre com suas impressões.¹¹ David Hume apropriou-se das ideias de Locke e desenvolveu a tese de que

as ideias procedem das impressões e não são nada mais do que cópias destas impressões. Isto porque Hume divide as percepções de Locke em *impressões* e *ideais*. Por impressões ele entende as vivas sensações que temos quando vemos, ouvimos, tocamos etc. Por ideias ele entende as representações da memória e da fantasia, menos vivas que as impressões e que surgem em nós baseadas nestas.¹²

David Hume levou os postulados empiristas às últimas consequências, negando validade universal ao postulado da causalidade, visto que este seria resultado da forma como nossa experiência observa os fenômenos,¹³ tendo o trabalho do filósofo escocês influenciado grandemente o pensamento de Kant.¹⁴

Ainda no que atine a Locke, insta mencionar os reflexos de sua concepção de direito na filosofia jurídica kantiana. Diferentemente de Hobbes, para o qual a única fonte de direito é a vontade do soberano,¹⁵ Locke defende que na passagem do estado de natureza para o estado civil é conservado o que existe de melhor daquele,¹⁶ então há a possibilidade de existirem direitos [naturais], não oriundos do soberano e a estes oponíveis, caso violados os limites estabelecidos para o exercício do poder.¹⁷

Outros autores da escola clássica do Direito Natural de relevo, como Pufendorf, Leibniz, Thomasius e Wolff tiveram marcada influência no pensamento jurídico dos séculos XVII e XVIII. Além da já mencionada influência do dogmatismo de Leibniz por meio da obra de Wolff na formação de Kant, merece referência a

trad. de Paulo Neves, Porto Alegre, L&PM, 2005)

11 LEITE, Flamarion T. *Manual de Filosofia Geral e Jurídica: das origens a Kant*, 2ª Ed., Rio de Janeiro, Forense, 2008, p. 85.

12 HESSEN, Johannes, *Teoria do Conhecimento*, 1980, p. 71, *apud* LEITE, *op. cit.* p. 86.

13 “We have said that all arguments concerning existence are founded on the relation of cause and effect; that our knowledge of that relation is derived entirely from experience; and that all our experimental conclusions proceed upon the supposition that the future will be conformable to the past”. (HUME, David. *An Enquiry Concerning Human Understanding*, disponível em <http://eremita.di.uminho.pt/pub/gutenberg/etext06/8echu10h.htm>, acesso em 29/10/2010)

14 “Confesso abertamente haver sido a advertência de David Hume que, já lá vão muitos anos, pela primeira vez me despertou de meu sono dogmático e incutiu as minhas pesquisas no domínio da filosofia especulativa orientação inteiramente diferente” (KANT, Immanuel. *Prolegômenos a toda metafísica futura*, Comp. Ed. Nac., São Paulo, 1959, p. 28, *apud* PASCAL, Georges. *Compreender Kant*, 3ª Ed., Petrópolis, Vozes, 2007, p. 30)

15 BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emmanuel Kant*, trad. de Alfredo Fait, São Paulo, Mandarin, 2000, p. 20.

16 BOBBIO, *op. cit.*, p. 61/62.

17 *Idem*.

teorização de Thomasius sobre a distinção entre direito e moral, a qual seria adiante retomada por Kant.¹⁸

3.2. MORAL E DIREITO

É imprescindível ao estudo do Direito em Kant a reflexão de sua obra a respeito da moral. E é na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*¹⁹ que o filósofo apresentará, de modo mais direto, sua Filosofia Moral, tendo a obra como objetivo a pesquisa e determinação acerca do princípio supremo da moralidade.²⁰

No início da obra, Kant afirma não existir nada bom em absoluto, a não ser uma *boa vontade*,²¹ pelo próprio querer desta e independentemente de suas realizações. Entende ainda estar o conceito de *boa vontade* compreendido no de *dever*,²² cuja conceituação é buscada através da distinção entre ação praticada pelo dever e ação praticada conforme o dever. Kant também distingue a ação de móbil exclusivamente moral daquela cuja máxima, embora imbuída de conteúdo moral, por o sujeito aceitar o valor moral da ação, é determinada por fins egoísticos.²³ Deste modo,

para ter verdadeiro valor moral, não basta que a ação seja conforme o dever; é mister, além disso, seja executada por dever. Agir sobre influência da sensibilidade, ainda que a ação seja concorde ao dever, é algo de *patológico*. *Prático*, ou moral, é só o que depende direta e exclusivamente da razão.²⁴

Pode-se enunciar, desta forma, uma primeira preposição da ação moral: o valor deste ato reside na intenção.²⁵ Uma segunda proposição, semelhante a esta, é de que

18 LEITE, Flamarion T. *Manual de Filosofia Geral e Jurídica: das origens a Kant*, 2ª Ed., Rio de Janeiro, Forense, 2008, p. 88.

19 Publicada em 1785, antes, portanto, das Três Críticas.

20 KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Trad. de Leopoldo Holzbach, São Paulo, Martin Claret, 2008, p. 18.

21 “Nem neste mundo, nem fora dele, nada é possível pensar que possa ser considerado como bom sem limitação, a não ser uma só coisa: uma *boa vontade*.” KANT, Immanuel. *op. cit.*, p. 21. “O conceito de vontade boa é condição do dever e consiste em respeitar a lei moral, tendo como motivação necessária e suficiente da ação a simples conformidade à lei.” (DUTRA, Delamar José V. *Kant e Habermas – a reformulação discursiva da moral kantiana*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002, p.30)

22 KANT, *op. cit.*, p. 24.

23 KANT, *op. cit.*, p.25. Esta hipótese é exemplificada pelo cuidado em que o ser humano tem em preservar a vida. Embora a proibição ao suicídio seja um dever moral, quem dele assente não o faz pela máxima moral, mas no interesse de manter sua vida.

24 PASCAL, Georges. *Compreender Kant*, 3ª Ed., Petrópolis, Vozes, 2007, p. 120.

25 *Ibidem*. p. 121.

uma ação praticada por dever tem o seu valor moral não no propósito que por meio dela se quer alcançar, mas na máxima que a determina; não depende, pois, da realidade do objeto da ação, mas meramente do princípio do querer segundo o qual a ação foi praticada, prescindindo de todos os objetos da faculdade de desejar.”²⁶

Tem-se, consoante estas proposições, que “o dever é a necessidade de uma ação por respeito à lei”.²⁷ De maneira sintética, uma ação, para ser moral, não basta a ela que seja *coerente com o dever*, mas sim que seja por este cumprida.²⁸

Desta proposição Kant extrai o primeiro critério de distinção entre moralidade e legalidade. Tem-se a moralidade quando a ação é cumprida por dever; tem-se, ao invés, a pura e simples legalidade quando a ação é cumprida em conformidade ao dever, segundo alguma inclinação ou interesse diferente do puro respeito ao dever.²⁹

No entanto, não há como, pela experiência, verificar, em absoluto, se a máxima de uma ação conformada com o dever deu-se pelo respeito aos fundamentos morais e à representação do dever.³⁰

Na *Fundamentação*, Kant distingue implicitamente a legalidade de uma ação de sua moralidade, não diferenciando, todavia, a moralidade da legalidade, ou seja, resume-se em diferenciar entre “a conduta determinada por uma inclinação empírica e aquela comandada pela vontade perfeitamente boa, cujo valor é absoluto e puro”.³¹ A *Metafísica dos Costumes*, por sua vez, buscará distinguir esta bipartição entre legalidade e moralidade, conforme adiante pormenorizado.

3.2.1. A metafísica dos costumes

Primeiramente, deve-se indagar a respeito do que é a “metafísica dos costumes” para Kant. De modo lato, o filósofo prussiano denomina por costumes “toda complexidade de regras de conduta e de leis (no sentido mais geral da palavra) que disciplinam a ação do homem como ser livre”.³² Este, assim como outros seres naturais, submete-se à lei da natureza, contudo, em razão de sua liberdade, adapta suas ações à legislação moral, originando o mundo dos costumes.

26 KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, São Paulo, Martin Claret, 2008. p. 27.

27 *Ibidem*, p. 28.

28 BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emmanuel Kant*, São Paulo, Mandarim, 2000, p. 88.

29 *Idem*.

30 KANT, *op. cit.* p. 37/38.

31 LEITE, Flamarion T. *Manual de Filosofia Geral e Jurídica: das origens a Kant*, 2ª Ed., Rio de Janeiro, Forense, 2008, p. 106.

32 BOBBIO, *op. cit.*, p. 81.

Assim, ao mundo da natureza, opõe-se o dos costumes (ou da história humana, ou da cultura), fruto da própria ação humana.³³

No prólogo da *Fundamentação*, esclarece Kant que:

todo o conhecimento racional ou é material, e considera qualquer objeto, ou formal, ocupando-se unicamente da forma do entendimento e da razão em si mesma, e das regras universais do pensar em geral, sem distinção de objetos. A filosofia formal denomina-se *lógica*; a filosofia material, porém, que se ocupa de determinados objetos e das leis a que eles, por sua vez, se submetem, se divide em duas, pois que estas leis ou são leis da natureza ou leis da liberdade. A ciência das primeiras denomina-se *física*; a das segundas, *ética*, aquela costuma ser também chamada *teoria da natureza*; essa, *teoria dos costumes*.³⁴

Para compreender o termo “metafísica”, é necessário a distinção feita por Kant entre a parte empírica de todo conhecimento e uma parte racional deste, sendo que a última é denominada “metafísica”. Neste entendimento, “metafísica dos costumes [...] é o estudo das leis que regulam a conduta humana sob um ponto de vista meramente racional”.³⁵ Em oposição à metafísica dos costumes, haveria a *antropologia pragmática*, ou simplesmente *antropologia*, a qual cuidaria dos estudos empíricos da conduta moral humana.

A obra *A Metafísica dos Costumes* complementa a *Crítica da Razão Prática*, na medida em que, enquanto que na segunda estuda-se o fundamento da legislação, na primeira estuda-se a aplicação empírica desta, ou seja, “aplicar à realidade concreta dos costumes os princípios *a priori*, apurados na análise da lei moral”.³⁶

Imprescindível se apresenta a menção, ainda que superficial, de alguns tópicos abordados pelo filósofo em *A Metafísica dos Costumes*. Como já anunciado, nesta obra, Kant distingue explicitamente a moralidade da legalidade. Uma primeira distinção apresentada pelo filósofo parte da ideia de legislação:

essa legislação que faz de uma ação um dever, e também faz deste dever um motivo, é *ética*. Porém, a legislação que não inclui o motivo do dever na lei e, assim, admite um motivo distinto da ideia do próprio dever é *jurídica*.³⁷

Um outro princípio distintivo enunciado pelo filósofo baseia-se no conceito de liberdade. Por este,

33 BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emmanuel Kant*, São Paulo, Mandarim, 2000, p. 81.

34 KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, São Paulo, MartinClaret, 2008, p. 13.

35 BOBBIO, *op. cit.*, p. 82/83.

36 PASCAL, Georges. *Compreender Kant*, 3ª Ed., Petrópolis, Vozes, 2007, p. 154.

37 KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Trad. de Edison Bini, Bauru, Edipro, 2003, p. 71.

torna-se necessário dividir os deveres em deveres de *liberdade exterior* e deveres de *liberdade interior*, sendo apenas estes últimos, éticos. Por conseguinte, a liberdade interior deve, primeiramente, ser tratada numa observação preliminar [...] como a condição de todos os deveres de virtude (tal como a consciência foi tratada como condição de todas as virtudes em geral).³⁸

A partir desta diferenciação, pode-se inferir que a legislação ética é aquela que não pode ser externa, enquanto que a jurídica é a que pode ser também externa.³⁹ Nota-se que, embora distintos, a moralidade e a legalidade não são opostas, pois, externamente, não existe uma marca distintiva entre a ação moral e a ação jurídica. A diferenciação reside na razão do indivíduo: se o motivo do dever está na própria lei, está-se diante de uma ação moral; diferentemente, à ação jurídica, a qual admite motivos diversos, exige-se apenas que a forma da ação esteja consonante com lei.

A simples conformidade ou não conformidade de uma ação com a lei, independentemente do motivo para ela, denomina-se sua *legalidade* (*licitude*), mas aquela conformidade na qual a ideia do dever que emerge da lei é também o motivo da ação é chamada de sua *moralidade*.⁴⁰

Norberto Bobbio, ao escrever sobre esta distinção kantiana entre moralidade e legalidade, é brilhante ao apontar ser a diferença precipuamente de relação, ou seja, que na ação moral há uma relação entre o sujeito consigo mesmo, enquanto que na ação jurídica há uma relação entre dois ou mais sujeitos. Nas palavras do jusfilósofo italiano:

No conceito de moralidade, entendida como liberdade interna, é evidente a referência a *uma relação de mim comigo mesmo*; no conceito de direito entendido como liberdade externa, é igualmente evidente a referência a *uma relação minha com os outros*.⁴¹

Na sequência, Bobbio adverte que a referência a *uma relação de mim comigo mesmo* não significa que a ação seja direcionada apenas ao sujeito que a realiza, mas que este responde pela sua ação unicamente perante si mesmo. De igual forma, quanto à liberdade externa, cuja responsabilização dá-se perante outro que não o próprio agente.⁴²

38 KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Trad. de Edison Bini, Bauru, Edipro, 2003, p. 249.

39 *Ibidem*, p. 73.

40 *Ibidem*, p. 72.

41 BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emmanuel Kant*, São Paulo, Mandarim, 2000, p. 96.

42 *Ibidem*, p. 96/98.

A obra *A Metafísica dos Costumes*, além de trazer a distinção entre moral e direito, também aborda questões fundamentais acerca destes: a divisão da doutrina do direito entre direito público e direito privado, bem como uma parte inteira dedicada à doutrina da virtude e suas subdivisões (doutrina dos elementos da ética e doutrina dos métodos da ética).

3.2.2. A definição de Direito em Kant

No pensamento kantiano, a definição do direito não é empírica e não decorre do estudo do direito positivo, pois este apenas serve a apontar o que é lícito ou ilícito, mas nunca o que é justo. O jurista atento ao estudo do direito positivo é capaz de dizer qual a norma válida (*quid sit iuris*), estando impossibilitado, entretanto, de afirmar o que vale como Direito (*quid sit ius*). Percebe-se que a concepção de direito proposta evidencia o valor do direito em detrimento de sua validade. Deste modo, ensina Kant que apenas pela razão pura é que se torna possível compreender o direito como ideia de justiça, pois somente quando se busca as origens do juízo na razão pura, como fundamento da legislação positiva, torna-se possível reconhecer o que é justo ou injusto.⁴³

Referindo-se diretamente à obra de Kant, tem-se que

o conceito de direito, enquanto vinculado a uma obrigação a este correspondente (isto é, o conceito moral de direito) tem a ver, *em primeiro lugar*, somente com a relação externa e, na verdade, prática de uma pessoa com outra, na medida em que suas relações, como fato, possam ter influência (direta ou indireta) entre si. Mas *em segundo lugar*, não significa a relação de escolha de alguém com a mera aspiração, (daí, por conseguinte, com a mera necessidade) de outrem, como nas ações de beneficência ou de crueldade, mas somente uma relação com a escolha do outro. *Em terceiro lugar*, nessa relação recíproca de escolha, não se leva de modo algum em conta a *matéria* da escolha, isto é, o fim que cada um tem em mente com o objeto de seu desejo; [...]. Tudo que está em questão é a *forma* da relação de escolha por parte de ambos, porquanto a escolha é considerada meramente como livre se ação de alguém pode ser unida com a liberdade de outrem de acordo com uma lei universal.⁴⁴

No dizer de Kant, o direito refere-se à relação intersubjetiva externa e prática, mas tão somente no que toca ao aspecto formal da escolha dos sujeitos. Neste ponto, Kant define o direito como “a soma das condições sob as quais a escolha de alguém pode ser unida à escolha de outrem de acordo com uma lei

43 BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emmanuel Kant*, São Paulo, Mandarim, 2000, p. 108.

44 KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Bauru, Edipro, 2003, p. 76.

universal de liberdade".⁴⁵ Na sequência, o filósofo descreve a lei universal de liberdade, qual seja, "age externamente de modo que o livre uso de teu arbítrio possa coexistir com a liberdade de todos [...]".⁴⁶ Nota-se que é alheia à definição de direito a discussão quanto ao conteúdo ou circunstância de natureza extra-relacional.

Definir o direito como "soma de condições" denota ser este externo ao que é condicionado, qual seja, a relação dos arbítrios individuais. Assim, a influência mútua entre os sujeitos é um fato que antecede o direito, fazendo-se presente mesmo numa situação de injustiça. É também pressuposta a existência de, ao menos, dois sujeitos que possam expressar suas escolhas (ou arbítrios).⁴⁷ O motivo dessa escolha – a sua finalidade – é indiferente ao direito, pois, como condição externa à relação intersubjetiva, não considera a matéria da escolha, mas a forma como ela se exterioriza.

Neste entendimento, há uma relação jurídica quando duas ou mais pessoas têm seus arbítrios unidos sob condições por que possam-se assegurar a liberdade externa. A liberdade, para Kant, tem sentido positivo, sendo "afirmada pelos seres racionais, ao realizar suas ações com fundamento meramente na ideia".⁴⁸

No direito público, o filósofo expressa quais seriam estas condições: "o conjunto das leis que necessitam ser promulgadas", destinadas a um povo submetidos a mesma constituição civil.⁴⁹ Esta definição permite a diferenciação e a própria existência de um direito público, com as características que lhe são peculiares. Este direito público dividir-se-ia em Direito do Estado, Direito das Gentes e Direito Cosmopolita, sendo estes concernentes à relação interna do Estado, à relação entre os Estados e à relação entre o estrangeiro com outros indivíduos e Estados, respectivamente. Na sequência, serão abordados estes aspectos do direito público, sob a perspectiva dada por Kant na obra *À paz perpétua*.

45 KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Bauru, Edipro, 2003, p. 76.

46 *Ibidem*, p.77. Na *Fundamentação*, Kant já escrevera que: "uma vontade absolutamente boa é aquela, cuja máxima pode sempre em si conter a lei universal, que outra não é senão essa mesma máxima".

47 Uma escolha ou arbítrio é um desejo cuja capacidade de realização é conhecida (BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emmanuel Kant*, São Paulo, Mandarim, 2000, p. 111).

48 KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, São Paulo, Martin Claret, 2008, p.81.

49 KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Bauru, Edipro, 2003, p. 153.

4. A PROPOSTA KANTIANA DE PAZ PERPÉTUA

No início deste opúsculo, Kant lembra ser a “Paz Perpétua” também uma sátira escrita em uma mesa de uma taverna holandesa, na qual estava pintado um cemitério. Mas a “Paz Perpétua” a que Kant se dedica é aquela que se faz presente nos sonhos dos filósofos e interessa a todos os homens, especialmente aos chefes de Estado, os quais nunca chegam a se fartar com a guerra.⁵⁰

4.1. CONTEXTO HISTÓRICO DE EDIÇÃO DA OBRA À PAZ PERPÉTUA

Indubitavelmente, os fatos desencadeados pela Revolução Francesa marcaram a produção filosófica de Kant, sendo a obra *À Paz Perpétua*⁵¹ um fruto direto desta influência. Kant concluiu seu esboço filosófico em agosto de 1795, cinco meses após a França e a Prússia terem celebrado o tratado conhecido por “Paz de Basileia”, pelo qual o império prussiano deixava a aliança de oposição à França revolucionária, com a Áustria e a Inglaterra.⁵² Outra fonte de inspiração do filósofo foi a obra de Rousseau, o qual escreveu, em 1761, um *Estratto del progetto di pace perpetua dell'abade di Saint-Pierre*, e um ensaio publicado em 1782, intitulado *Jugement sur la paix perpetuelle*.⁵³

As similitudes entre a obra de Kant e os ideais propagados pela Revolução Francesa foram fortemente destacadas. Reinhard, um diplomata alemão na França, escreveu uma carta para Sieyès, em novembro de 1795, na qual asseverou que a filosofia de Kant dirigia a opinião do povo “para a especulação sobre as mesmas ideias que a Revolução Francesa colocou em prática”.⁵⁴ Entretanto, a relação de Kant com a Revolução Francesa pode ser resumida em “entusiasmo pela grandiosidade dos eventos e de pavor pelo desencadeamento das paixões”.⁵⁵ Num escrito do filósofo *Se o gênero humano estivesse em constante progresso para o*

50 KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, Trad. Joaquim Abellan, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p.04.

51 *Zum ewigern Frieden*, no original.

52 NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant – Filosofia do Direito Internacional e das relações internacionais*, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 48.

53 BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emmanuel Kant*, São Paulo, Mandarim, 2000, p. 254.

54 AZOUVI, François e BOUREL, Dominique, *De Königsberg à Paris – La réception de Kant en France (1788-1804)*, Paris, Vrin, 1991, p. 67/69, *apud* NOUR, *op. cit.* p. 45.

55 BOBBIO, *op. cit.* p. 239.

melhor, editado em 1798, ele tece os seguintes elogios ao espírito presente na Revolução:

A revolução de um povo de rica espiritualidade, como vimos acontecer nos dias de hoje, pode triunfar ou fracassar; pode acumular miséria e crueldade tais que um homem de boas ideias, que tivesse a possibilidade de executá-la com sucesso uma segunda vez, não seria induzido a tentar a experiência por tal preço; essa revolução, digo, encontra, porém, no espírito de todos os espectadores (que não estão envolvidos nesse jogo) uma participação de aspirações que está perto do *entusiasmo*, ainda que a sua manifestação não esteja desligada de perigo e que, conseqüentemente, não possa ter outra causa a não ser uma disposição moral da espécie humana.⁵⁶

O pavor que a Kant adveio teve origem, principalmente, na morte e decapitação de Luis XVI, em 1793. A reação de ojeriza a este ato injusto pode ser percebido na obra *A Metafísica dos Costumes* em suas diversas passagens sobre o repúdio que os princípios republicanos têm à execução formal de uma monarca – uma violência que se elevaria sobre os mais sagrados direitos.⁵⁷

4.2. EXPOSIÇÃO SUCINTA DA OBRA

Os reflexos dos acontecimentos do fim do século XVIII fizeram com que o filósofo propusesse não o fim das hostilidades presentes entre as nações europeias, mas um instrumento que servisse a pôr termo a todas as hostilidades. Para tanto, Kant se utilizou do próprio estilo literário dos tratados de paz de então, os quais eram compostos de uma série de artigos preliminares, que serviriam para por fim às agressões presentes advindas da guerra (armistício), seguidos dos artigos definitivos, que prestavam ao estabelecimento da paz, além de também poder conter um artigo secreto e uma garantia, conforme expostos na obra kantiana.

Seu pensamento, nesta obra, considera os elementos nos quais fundar-se-ia o direito das gentes.⁵⁸ Por estes, os Estados viveriam, nas suas relações externas, num estado não jurídico, o qual poderia ser denominado de *estado de natureza*. Esse é um estado injusto, a semelhança de seu correlato em relação ao indivíduo, marcado por uma condição de guerra – do direito do mais forte. Os Estados têm o dever de sair desse estado injusto, por meio da fundação de uma federação de Estados, a qual não seria detentora de soberania – não significando a presença de

56 BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emmanuel Kant*, São Paulo, Mandarim, 2000, p. 239.

57 KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Bauru, Edipro, 2003, p. 164/165.

58 Segundo a concepção de direito das gentes (ou direito internacional) contemporânea a Kant.

um superestado –, mas seria uma associação, na qual os componentes se situariam numa condição de iguais.⁵⁹ Esta federação assemelhar-se-ia mais a uma confederação de Estados do que a um Estado federal.⁶⁰

De uma reflexão de como seria possível a constituição desta confederação, Kant propõe um tratado imaginário, no qual fixa alguns pontos a serem atingidos. Os seis artigos preliminares prescrevem condições necessárias, bem como práticas a serem eliminadas, ao estabelecimento da paz; os três artigos definitivos visariam ao asseguramento de uma paz duradoura.⁶¹

4.2.1. Artigos preliminares

Estes primeiros artigos formulam condições negativas para a paz,⁶² as quais visam à coexistência pacífica e à colaboração política dos povos, com a exclusão da ideia de paz armada, propaganda belicosa ou de qualquer espécie de competição pela supremacia internacional.⁶³

No primeiro artigo – “*Não deve considerar-se como válido nenhum tratado de paz que se tenha feito com a reserva secreta de elementos para uma guerra futura*”⁶⁴ – Kant explica o porquê da junção do adjetivo “eterna” à “paz” proposta: embora constitua pleonismo, um tratado no qual as partes fazem reservas de suas pretensões, não eliminando todas as causas do conflito armado, e, assim, guardam a possibilidade de se retomar a agressão bélica, não é um acordo de paz, mas mero armistício.⁶⁵ Em outro texto, esta ideia de paz é trazida por Kant nos seguintes termos:

uma paz deve ser sempre considerada como supressão de todos os conflitos legais por razões que existam no momento; senão a suspensão das hostilidades é um mero armistício, no qual ainda se guardam sempre deliberadamente razões para uma hostilidade futura. Portanto, toda paz pressupõe que todas as exigências que até aquele momento um Estado

59 BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emmanuel Kant*, São Paulo, Mandarim, 2000, p. 254/255; KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Trad. de Edison Bini, Bauru, Edipro, 2003, p.186/187.

60 BOBBIO, *op. cit.*, p. 255.

61 *Idem*.

62 NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant – Filosofia do Direito Internacional e das relações internacionais*, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 29.

63 VLACHOS, Georges, *La pensée politique de Kant*, Paris, PUF, 1962, p. 565, *apud* NOUR, *op. cit.*, p. 29.

64 KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 05.

65 *Idem*.

pudesse ter em relação a outro e que possam dar ensejo a hostilidades sejam abolidas e declaradas inexistentes.⁶⁶

No segundo artigo, Kant critica a concepção patrimonialista de Estado: “*Nenhum Estado independente (grande ou pequeno, aqui tanto faz) poderá ser adquirido por outro mediante herança, troca, compra ou doação*”.⁶⁷ O Estado não deve ser tratado como uma coisa, um patrimônio pertencente a seu regente, mas sim uma comunidade de homens, com poder de soberania, ou, nas palavras do filósofo: “sobre a qual mais ninguém a não ser ele próprio tem que mandar e dispor”.⁶⁸ À época, era costume tratar o Estado como coisa, passível de ser objeto de negócio em tratados de paz ou como pagamento de dívidas de guerra. A esta concepção, Kant opõe a de o Estado ser uma pessoa moral que, por analogia à pessoa natural, não pode ser disposta como se coisa fosse.⁶⁹

Como sustentação a esta ideia, Kant busca a noção de contrato originário, no qual seria impensável uma cláusula que permitisse a extinção da pessoa moral (Estado) criada pelos contratantes.⁷⁰ como o próprio Estado é constituído pela comunidade dos homens, a redução daquele significaria o rebaixamento dos próprios súditos à qualidade de coisa negociável, o que afrontaria a humanidade destes. Kant ainda critica a usual possibilidade de um Estado ceder a outro tropas para combater um inimigo não comum, pois por vezes os súditos eram recrutados à força e usava-se e abusava-se do súdito, “como se fossem coisas”.⁷¹

Por fim, o professor de Koenigsberg ressalta que, no tocante a um reino hereditário, o regente deste tem apenas direito a governá-lo, jamais de possuí-lo, porque

um reino hereditário não é um Estado que possa ser herdado por outro Estado; é um Estado cujo direito a governá-lo pode dar-se em herança a uma outra pessoa física. O Estado, pois, adquire um governante, não é o governante como tal (isto é, quem já possui outro reino) quem adquire o Estado.⁷²

Na sequência, o terceiro artigo preliminar lança uma crítica à existência de exércitos permanentes: “*Os exércitos permanentes (miles perpetuas) devem*

66 KANT, *Reflexão 7.837*, apud NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant – Filosofia do Direito Internacional e das relações internacionais*, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 30

67 KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 06.

68 *Idem*.

69 BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emmanuel Kant*, São Paulo, Mandarim, 2000, p. 256.

70 KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 06/07.

71 *Idem*.

72 *Idem*.

desaparecer totalmente com o tempo”,⁷³ pois representam uma ameaça perpétua a outros Estados, em razão de sua prontidão à guerra. A Prússia de Frederico II, que contava com 230 mil homens em seu exército (quase 4% de sua população da época, estimada em 6 milhões de pessoas), destinava à sua manutenção, em tempos de paz, 70% a 80% do orçamento do Estado, percentual que alcançava 90% em tempos de guerra.⁷⁴

Contudo, o maior dano provocado pelos exércitos permanentes não é tanto seu impacto nas economias dos Estados, mas a consequência que diretamente provocam nestes – o implemento de seu poderio militar: uma concorrência entre as potências pela hegemonia militar. Sobre este perigo, Kant alerta que

os Estados estimulam-se mutuamente a superar-se dentro de um sistema que aumenta sem cessar, e, por a paz resultar finalmente mais opressiva que uma guerra curta, pelos custos provocados pelo armamento, eles próprios convertem-se na causa de guerras ofensivas, com o objetivo de libertar-se deste fardo.⁷⁵

Em outras palavras, o filósofo aponta que a própria existência de um exército permanente seria a causa para guerra, pois o custo de mantê-lo inativo seria maior do que o custo suportado em uma guerra.

Também provocaria o mesmo resultado, segundo Kant, o acúmulo de “tesouro de guerra”⁷⁶, pois isto incitaria as potências vizinhas a fazerem o mesmo, conduzindo todos a um estado de hostilidades. Assevera ainda que, “dos três poderes, o *militar*, o das *alianças* e o do *dinheiro*, este último poderia ser certamente o meio mais seguro de guerra”,⁷⁷ por não ser de fácil cálculo, o que impede um ataque antecipado do inimigo. Esta é uma crítica direta à Frederico II, sob cujo governa estava o Estado mais militarizado da época e possuidor do maior tesouro de guerra.⁷⁸

Por fim, assim como no anterior, na fundamentação do artigo é inserido o direito à humanidade, inerente a cada pessoa e que impede o uso desta como meio. E, na concepção kantiana, o modo como se dava a relação entre o Estado e as tropas militares era a de instrumentalizar os componentes destas, os quais, tomados

73 KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 07

74 NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant – Filosofia do Direito Internacional e das relações internacionais*, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 31.

75 KANT, *op. cit.*, p. 07, (tradução nossa).

76 Recursos materiais destinados às forças militares.

77 *Ibidem*. p. 08.

78 NOUR, *op. cit.*, p. 32.

como meios à execução do fim do Estado, qual seja, a derrota do oponente, eram contratados⁷⁹ para matar ou serem mortos.

O quarto artigo traz uma crítica ao financiamento de guerra: “*Não se devem emitir dívidas públicas com relação aos assuntos de política exterior*”.⁸⁰ Assim como os demais, esta crítica também se dirige contra a política da Prússia, Estado cuja participação na Primeira Guerra de Coalização contra a França foi subsidiada pela Inglaterra⁸¹. E é exatamente à Inglaterra que Kant se dirige ao se referir a um “povo comerciante” no seguinte trecho:

o sistema de crédito, como instrumento à disposição das potências nas suas relações recíprocas, pode crescer indefinidamente e resulta sempre um poder financeiro para exigir no momento presente (pois certamente nem todos os credores o farão ao mesmo tempo) as dívidas garantidas (a engenhosa invenção de um povo de comerciantes neste século); quer dizer, é um tesouro para a guerra que supera os tesouros de todos os demais Estados em conjunto [...].⁸²

Como enunciado no artigo anterior, para se empenhar numa atividade de guerra, é necessário o acúmulo de riquezas, as quais serão rapidamente despendidas durante o conflito bélico e terão, por certo, um limite – o esgotamento financeiro do Estado. No entanto, estes recursos podem ser rapidamente obtidos pela via de crédito internacional fornecido por um outro Estado, o que protrairia no tempo a permanência no estado de guerra e prorrogaria a celebração, ainda que paliativa, de um armistício, ou mesmo facilitaria a entrada de um Estado numa guerra.

O quinto artigo, o qual enuncia que “*nenhum Estado deve se imiscuir pela violência na constituição e no governo de um outro Estado*”,⁸³ traz um preceito que, embora hodiernamente é a prática comum entre os Estados (a da não intervenção), à época, o cotidiano da política internacional apresentava o oposto. Diversas reações violentas foram realizadas por países europeus, dentre eles Prússia e Inglaterra, contra às revoluções ocorridas na América do Norte e na França. A justificativa dada pelas potências da época para o uso da força – o argumento de que o comportamento dos súditos do Estado vizinho significaria uma mal exemplo aos de seu próprio território – é ironizada por Kant na seguinte passagem:

79 Muitas vezes contra sua própria vontade, como destacado no artigo anterior.

80 KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 08.

81 NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant – Filosofia do Direito Internacional e das relações internacionais*, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 33.

82 KANT, *op. cit.*, p. 08, (tradução nossa).

83 *Ibidem*, p. 09.

Mas tal escândalo pode servir melhor como advertência ao mostrar a grande desgraça que um povo atraiu sobre si por viver sem leis; ademais, o mau exemplo que uma pessoa livre dá a outra não é em absoluto nenhuma lesão (enquanto *scandalum acceptum*).⁸⁴

Nota-se que, indiretamente, o filósofo repudia a guerra ofensiva, a iniciada por interesses outros que não a defesa do próprio Estado, pois, se o comportamento da potência vizinha não causar qualquer lesão ao Estado, nenhuma forma de utilização da força contra aquela é legítima.

Apenas em uma situação Kant considera tolerável a intervenção externa: na hipótese de uma guerra civil ter destruído as instituições internas de um Estado, pois, nesta situação, não se estaria diante de uma ordem jurídica interna, mas de uma anarquia, que é a ausência de qualquer forma de Estado.⁸⁵

O último artigo preliminar traz uma espécie de garantia, caso fracasse os esforços para concretização da paz: “*Nenhum Estado em guerra com outro deve permitir tais hostilidades que tornem impossível a confiança mútua na paz futura [...]*”.⁸⁶ Embora ocorra a guerra, um direito na guerra deve existir, pois mesmo a situação limite da guerra exige a observância de certas normas, a fim de se evitar procedimentos desumanos e inviabilizadores à consecução da paz.⁸⁷ Este é justamente a maior dificuldade do direito das gentes: propiciar que durante as hostilidades bélicas existam princípios tendentes a possibilitar o abandono do estado de natureza e o ingresso em uma condição jurídica.⁸⁸

Estes artigos formulados por Kant constituíram uma crítica ao então dominante conceito de “guerra justa”, expressão do “direito à guerra”, ínsito ao estado de natureza dos Estados e que justificou diversas agressões na história moderna.⁸⁹

4.2.2. Artigos definitivos

A ausência de um estatuto jurídico a que se submetam os Estados no âmbito de suas relações externas possibilita afirmar estarem eles regidos por um estado de

84 KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 09, (tradução nossa).

85 BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emmanuel Kant*, São Paulo, Mandarim, 2000, p. 257.

86 KANT, *op. cit.*, p. 09/10.

87 NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant – Filosofia do Direito Internacional e das relações internacionais*, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 34.

88 KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Bauru, Edipro, 2003, p. 189

89 NOUR, *op. cit.*, p. 35/36.

natureza, no qual é a força de cada Estado o único meio de exercício de direito sobre o outro quando se vê por este prejudicado, por inexistir previsão de procedimento jurídico a ser adotado. Ademais, esta situação resultaria em uma constante lesão aos Estados cujo poder militar fosse inferior unicamente por serem potências inferiores, pois sentir-se-iam constantemente ameaçadas pelo poderio das potências vizinhas.⁹⁰

Neste panorama, pode-se afirmar que a abstenção de hostilidades num estado de natureza entre as soberanias não resulta em um estado de paz, por não haver a promoção da segurança necessária para tanto, pois esta apenas é obtida num estado jurídico. Portanto, a paz deve ser assegurada por estruturas jurídicas institucionalizadas que conduzam a um estado civil entre os povos; e isto apenas ocorrerá se o estado de paz for fundado por meio do direito público.⁹¹

O estado de natureza deve ser superado em todos os níveis: não só entre indivíduos, mas também entre Estados, assim como entre Estados e indivíduos entre si. O direito público compreende, então, além do direito do Estado, também o direito das gentes e o direito cosmopolita. Cada nível depende do outro [...]. Portanto, um nível não implica a superação do outro (os três são necessários e devem coexistir), mas também não é apenas um adicional do anterior [...].⁹²

Kant foi o primeiro filósofo a transpor o contratualismo para além das relações internas dos Estados. Até então, esta teoria não dava conta da existência de uma pluralidade de Estados.⁹³ Assim, os postulados que fundamentam os artigos definitivos têm características jurídico-constitucional, não apenas de direito interno, mas também inter-estatal e entre Estados e indivíduos estrangeiros.⁹⁴

A constituição do estado civil no interior de um Estado resolve apenas parte das injustiças causadas pelo estado de natureza entre os homens, visto que, como demonstrado, estas continuam presentes nas relações inter-estatais. Deste modo, o triunfo da sociedade humana sobre o estado de natureza apenas será completo quando da instauração de um estatuto jurídico entre os Estados.⁹⁵

90 KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Bauru, Edipro, 2003, p. 188/189.

91 NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant – Filosofia do Direito Internacional e das relações internacionais*, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 37/38.

92 NOUR, *op. cit.*, p. 39.

93 KERSTING, Wolfgang, *Die politische des Gesellschaftsvertrags*, Darmstadt, Primus, 1996, p. 213, *apud* NOUR, *op. cit.* p. 39.

94 NOUR, *op. cit.*, p. 40.

95 BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emmanuel Kant*, São Paulo, Mandarim, 2000, p. 244.

Kant, após ter analisado e interpretado a história, olha para o futuro e tenta encontrar o sentido e estabelecer a direção. Por isso, o problema do futuro e da sociedade internacional insere-se no problema mais amplo da direção e do fim da história humana.⁹⁶

A instauração desse estado de paz deve, necessariamente, na visão do filósofo, implicar uma mudança na constituição interna dos Estados (*ius civitas*), na relação jurídica entre os Estados e entre indivíduos de Estados distintos (*ius gentium*), bem como na relação entre Estados e pessoas tidas como cidadãos do mundo (*ius cosmopoliticum*).⁹⁷ Essas alterações estão presentes nos enunciados dos artigos definitivos do opúsculo, a seguir tratados.

4.2.2.1. Primeiro artigo definitivo: *A constituição civil de todo o Estado deve ser republicana*

Antes de qualquer incursão, é imperativo emoldurar o que seria uma constituição republicana para Kant. Ele descreve ser republicana a constituição de um Estado que derive diretamente da ideia de um contrato originário, sobre a qual deve fundar-se todas as normas jurídicas de um povo, devendo ser estabelecida sob a observância de três princípios: (1) a *liberdade* dos membros de uma sociedade, (2) a *dependência* de todos os súditos a uma única legislação comum e (3) a *igualdade* de todos os cidadãos.⁹⁸ A referência aos ideais da revolução francesa não é mera coincidência.

O contrato originário para Kant, diferente dos jusnaturalistas que o tomavam como fato histórico, era “um princípio ideal que deve servir para a justificação

96 BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emmanuel Kant*, São Paulo, Mandarim, 2000, p. 244.

97 Kant escreve, em nota ao texto introdutório aos artigos definitivos, que os postulados a eles subjacentes é que: “[...] todos los hombres que ejercen entre sí influencias recíprocas deben pertenecer a una Constitución civil. Pero toda Constitución jurídica, por lo que respecta a las personas que están en ella, es:

1) una Constitución según el derecho político (Staatsbürgerrecht) de los hombres en un pueblo (*ius civitatis*);

2) según el derecho de gentes (Völkerrecht) de los Estados en sus relaciones mutuas (*ius gentium*);

3) una Constitución según el derecho cosmopolita (Weltbürgerrecht), en cuanto que hay que considerar a hombres y Estados, en sus relaciones externas, como ciudadanos de un estado universal de la humanidad (*ius cosmopoliticum*). Esta división no es arbitraria, sino necesaria, en relación con la idea de la paz perpetua. Pues si uno de estos Estados, en relación de influencia física sobre otros, estuvie se en estado de naturaleza, implicaría el estado de guerra, liberarse del cual es precisamente nuestro propósito”. (KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 14/15)

98 KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 15. Os atuais Estados democráticos em que há separação institucional entre os três poderes, sendo o poder legislativo formado por um corpo de representantes do povo, seriam considerados, por Kant, como repúblicas.

racional do Estado.”⁹⁹ Este contrato originário seria uma condição jurídica para indivíduos que se afetam entre si, a fim de que possam fruir o que é-lhes formulado como direito,¹⁰⁰ isto é, para que a relação entre os arbítrios dos sujeitos possa se realizar e ser assegurada.¹⁰¹

A concepção kantiana de que o Estado não é um fato, resultou, à teoria política da época, a mudança no entendimento de o Estado *ser* fundado no consenso para *dever ser* o Estado fundamentado no consenso, pois mesmo podendo ter sido o Estado originado na força, o consenso deve ser um princípio a que este deve permanentemente buscar.¹⁰² “Não é um acontecimento empírico, mas um ideal racional que, enquanto tal, *vale* independentemente da experiência”.¹⁰³

Se é a constituição republicana a que melhor se conforma ao ideal do contrato originário, sendo a única que se coaduna com o direito,¹⁰⁴ Kant indaga também se seria a única a conduzir à paz, pelo que conclui positivamente. Como nesta constituição cabe aos súditos a decisão de entrar em guerra, é muito mais provável que avaliem minuciosamente a situação antes de ingressarem numa tarefa por demais custosa; já em um Estado de constituição não republicana, por o soberano tratá-lo como se fosse sua propriedade e poder decidir unilateralmente quanto a entrada ou não numa guerra, as únicas coisas que teria a perder ao optar pela beligerância seriam “alguns banquetes, caçadas, palácios de férias, festas da corte etc.”¹⁰⁵

A constituição republicana é então apresentada como funcionalmente pacífica porque é a única que expressa a vontade dos que assumem os encargos da guerra e que por isso, provavelmente, não serão a seu favor. Portanto, não é apenas a única constituição em acordo com a liberdade como também é a única constituição que favorece uma ordem internacional pacífica.¹⁰⁶

99 BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emmanuel Kant*, São Paulo, Mandarim, 2000, p. 199.

100 KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Bauru, Edipro, 2003, p. 155.

101 “Está assentado *a priori* na ideia racional de uma tal condição (aquela que não é jurídica) que antes que uma condição legal pública ser estabelecida, indivíduos humanos, povos e Estados jamais podem estar seguros contra a violência recíproca, uma vez que cada um detém seu próprio direito de fazer o que parece certo e bom para si, e não depender da opinião alheia a respeito disso”. (KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Bauru, Edipro, 2003, p. 154)

102 BOBBIO, *op. cit.* p. 200.

103 *Idem*.

104 KANT, *op. cit.*, p. 184.

105 KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 16/17.

106 KERSTING, Wolfgang, *Die politische des Gesellschaftsvertrags*, Darmstadt, Primus, 1996, p. 91, *apud* NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant – Filosofia do Direito Internacional e das relações internacionais*, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 42.

Além, como é o próprio povo do Estado quem sofreria os malefícios de uma guerra, não considerar sua opinião contrária, a ser manifesta por seus representantes, e forçá-los coativamente a suportar os esforços de guerra, é desconsiderar a humanidade das pessoas, tratando-as como se fossem animais de propriedade do regente do Estado.¹⁰⁷ Ao contrário, as pessoas devem ser consideradas como co-legisladores do Estado, cujo assentimento para a participação deste em qualquer guerra seja indispensável; seus membros devem ser tidos “não meramente como meios, mas também como fins em si mesmos”.¹⁰⁸

Adiante, Kant distingue o que ele denomina *república*, que é a forma de governo no qual o poder executivo está separado do legislativo,¹⁰⁹ sendo este constituído por representantes do povo¹¹⁰, de *democracia*, a qual seria uma forma de exercício da soberania, ao lado de autocracia e aristocracia.¹¹¹ Ele descreve a república como a forma de governo em que as funções políticas estariam divididas em centros independentes;

entende a divisão entre legislativo e executivo, seguindo a Rosseau, como aquela entre o poder que declara leis gerais e o poder que comanda coativamente tais leis a serem obedecidas em casos particulares. A função do judiciária é aplicar a lei ao caso particular.¹¹²

O filósofo discorre que ao povo interessa mais a forma de governo do que a forma de soberania, bem como que, quando menor for número de pessoas do poder estatal, maior sua representação. Assim, de todas as formas de Estado, a autocracia

107 KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Bauru, Edipro, 2003, p. 188.

108 *Idem*.

109 Em oposição ao despotismo, no qual o poder legislativo e executivo emanariam da mesma pessoa, ou do mesmo conjunto de pessoas, no caso das democracias, resultando numa execução arbitrário das leis. Segundo o filósofo “la democracia es, en el sentido propio de la palabra, necesariamente un despotismo, porque funda un poder ejecutivo donde todos deciden sobre y, en todo caso, también contra uno (quien, por tanto, no da su consentimiento), con lo que todos, sin ser todos, deciden; esto es una contradicción de la voluntad general consigo misma y con la libertad.” (KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 18)

110 “Al modo de gobierno que es conforme a la idea del derecho pertenece el sistema representativo, único en el que es posible un modo de gobierno republicano y sin el cual el gobierno es despótico y violento (sea cual fuera la Constitución)” (KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 20)

111 KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 18/19.

112 WOOD, Allen W. *Kant – Introdução*, Trad. Delamar José Volpato Dutra, Porto Alegre, Artmed, 2008, p. 208.

é que deteria maiores possibilidades de desenvolver um espírito de *republicanismo*¹¹³ sem a necessidade de violentas revoluções.¹¹⁴

Essa argumentação de Kant é comum a todo *pacifismo democrático*, que terá maior número de seguidores no século seguinte, e se fundamenta no pressuposto de que a causa principal das guerras é o arbítrio do príncipe, e, portanto, o problema da paz pode ser resolvido somente através da transformação dos estados absolutos em estado com soberania popular.¹¹⁵

O ideal republicano descrito por Kant foi recebido pelos simpatizantes da Revolução Francesa, que também argumentavam pela obtenção da paz por uma constituição republicana, como meio de universalização de seus ideais. Os críticos da Revolução replicaram alegando que esta trouxe antes a guerra do que a paz. Entretanto, Kant afirma ser a constituição republicana necessária à paz, não suficiente. A República é um primeiro passo para se alcançar a paz, o qual deve ser seguido pelo estabelecimento de uma relação jurídica entre os Estados.¹¹⁶

Neste esteio, uma constituição republicana propiciaria os recursos jurídicos internos à persecução da paz no seio de um Estado, quer por garantir segurança entre os indivíduos que a constituem, quer por instituir instrumentos que obstaculizem a entrada leviana do Estado em uma guerra. Esses recursos jurídicos podem ser sintetizados no poder de os súditos, que na república são tidos como cidadãos, de estabelecerem consensualmente, por intermédio de seus representantes, as próprias leis a que se submeterão, assim como de decidir quanto a entrada ou não em uma eventual guerra.

113 Entende-se por *republicanismo* o espírito republicano presente em constituições cuja letra com este divirja, tendo, portanto, caráter provisório (NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant – Filosofia do Direito Internacional e das relações internacionais*, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 44). Kant defende que os Estados devem constituir-se em repúblicas não por violentas revoluções, mas por sucessíveis reformas propostas pelo próprio soberano (KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Bauru, Edipro, 2003, p. 165).

114 KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 19/20. Entretanto, o filósofo reconhece que, das formas de governo existentes, a autocracia é a mais propícia ao surgimento do despotismo. (KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Bauru, Edipro, 2003, p.182)

115 BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emmanuel Kant*, São Paulo, Mandarim, 2000, p. 259. O pacifismo democrático é uma espécie de pacifismo político, pois vê a causa maior das guerra e afirma estar o remédio para a paz numa transformação política. Há outras formas de pacifismo, como o econômico (a guerra depende das políticas econômicas estatais), o social (a principal causa das guerras é a divisão da sociedade em classes), o jurídico (as guerras são causadas pela estrutura jurídica dos estados de soberania absoluta. Além destas, há o pacifismo moral, segundo o qual a causa das guerras é a maldade humana, motivo pelo qual apenas uma reforma geral dos costumes conduziria à paz. (BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emmanuel Kant*, São Paulo, Mandarim, 2000, p. 260)

116 NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant – Filosofia do Direito Internacional e das relações internacionais*, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 48.

4.2.2.2. Segundo artigo definitivo: *O direito das gentes deve fundar-se em uma federação de Estados livres*

Primeiramente, deve-se entender o que seja o direito das gentes para Kant. E ele é explicitado ao escrever que “o direito dos *Estados* nas suas relações recíprocas [...] é o que temos de examinar sob o título *direito das gentes*”.¹¹⁷ Este direito constituir-se-ia de quatro elementos. Os dois primeiros descritos do seguinte modo: “1. Estados, considerados na sua relação entre si, estão [...] por natureza numa condição não-jurídica. 2. Esta condição não-jurídica é uma condição de guerra [...]”.¹¹⁸

Na exposição de motivos deste artigo, Kant compara os Estados em suas atividades como potências internacionais aos indivíduos no estado de natureza, pelo que conclui que, além de estarem em uma situação injusta, a mera coexistência destes é prejudicial, o que deve conduzi-los a entrar em uma constituição jurídica, à semelhança da constituição civil dos próprios Estados. Contudo, esta constituição deveria formar uma “federação de povos”, não um “Estado de povos”.¹¹⁹ Discorre o filósofo prussiano que, assim como olha-se com desprezo o apego que o homem selvagem tem pela sua liberdade sem lei, deve-se desejar que os Estados deixem esta situação injusta, ao invés de ter seus regentes se orgulhando de seu poderio militar e enaltecendo uma desmedida soberania estatal.¹²⁰

O constante ânimo de guerrear, residente e manifesto nas potências internacionais até início do século XX, impossibilitou a existência de um direito entre estas potências, o qual seja compreendido como uma força externa comum entre elas.¹²¹ Por esta ausência de uma relação jurídica permanente entre os Estados, a única forma pela qual estes têm de exigir o que entendem por direito é por meio da guerra; porém esta é incapaz de decidir o direito, assim como um eventual tratado de paz (*pactum pacis*) é incapaz de assegurar a paz. Apenas uma federação de paz

117 KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Bauru, Edipro, 2003, p. 186.

118 *Idem*.

119 KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 21.

120 *Idem*.

121 *Ibidem*, p. 22. Nesta passagem, Kant ironiza o que à sua época era denominado “direito à guerra”: “nunca pronunciarían la palabra derecho aquellos Estados que quieren hacerse la guerra, a no ser que la dijeran de broma como aquel príncipe galo que decía: 'La ventaja que la naturaleza ha dado al fuerte sobre el débil es que éste debe obedecer a aquél'.”

(*foedus pacificum*), um esforço permanente dos Estados, é capaz de por fim a todas as guerras.¹²²

Neste íterim é que se insere o terceiro elemento do direito das gentes: “3. Uma liga de nações de acordo com a ideia de contrato social original é necessária[...] para proteção contra ataques externos”.¹²³ Aqui, o pacifismo político de Kant desemboca-se num pacifismo jurídico.¹²⁴ Não é necessário apenas que a constituição dos Estados esteja imbuída de princípios republicanos, porém, também é necessário que estas repúblicas constituam uma federação, uma “constituição análoga à constituição civil, na qual seja possível garantir para cada membro o próprio direito”.¹²⁵ Daí surge o quarto elemento:

4. Esta aliança deve, entretanto, não envolver nenhuma autoridade soberana (como numa constituição civil), porém somente uma associação (federação); tem que ser uma aliança que possa ser dissolvida a qualquer momento e, assim, precisa ser renovada de tempos em tempos. Trata-se de um direito *in subsidium* de um outro direito original, a fim de evitar o envolvimento num estado de guerra real entre os outros membros (*foedus Amphictyonum*).¹²⁶

Esta última passagem de Kant especifica as principais características dessa federação mencionada. A primeira, é que dela não surge uma autoridade superior aos Estados que a constituem: ao se analisar o “contrato” que fundamenta um Estado, tem-se que os indivíduos que o constitui cedem parcelas de suas liberdades em favor de uma entidade, que é criada com o fim de assegurar o próprio exercício da liberdade que cada um deterá, na medida da legislação que seus representantes editarão, e de instituir juízes legítimos a dirimir eventual conflito entre o exercício das liberdades individuais. Na federação entre os Estados, ao contrário, não há nenhuma entidade superior a eles, sendo as potências sempre tratadas com *igualdade*, pelo que se conclui que é da própria vontade destas que advirá a força coativa à execução da legislação consensualmente criada.

Outra característica é a *dissolubilidade* desta aliança. Assim como é a própria vontade dos Estados que os obrigariam a agir conforme a legislação a que consensualmente se submeteram, a permanência nesta relação jurídica inter-estatal não teria outra força senão a da própria vontade do Estado membro. Esta

122 KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 23/24.

123 KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Bauru, Edipro, 2003, p. 187.

124 BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emmanuel Kant*, São Paulo, Mandarim, 2000, p. 261.

125 *Idem*.

126 KANT, *op. cit.*, p. 187.

peculiaridade é contrária à característica da constituição civil dos Estados, a qual não admite que os súditos se oponham ao poder legislativo soberano ou ao chefe do Estado,¹²⁷ fato que possibilitaria a punição daqueles por estes.¹²⁸

A terceira característica confunde-se com a razão de existir desta federação: *evitar a guerra*. Para este resultado, deve-se dirigir todos os esforços dos Estados membros – impedir que no seu interior surjam movimentos belicosos (o que é obstaculizado por uma constituição republicana, como visto), exigir dos membros da federação que ajam de acordo com uma lei externa que prescreva a paz e promover a liga para que outras nações também a integrem, com o fito de expandi-la.

A razão desta situação jurídica, que, aparentemente, sem a ação de um ente coator legítimo, conduziria seus membros à realização de um objetivo comum (a paz perpétua), não é outra se não a República.¹²⁹ Esta constituiria um centro para que os demais Estados se associem a ela com o fim de assegurar a liberdade dos Estados consoante a ideia de direito das gentes.¹³⁰

Os Estados com relações recíprocas entre si não têm outro meio, segundo a razão, para sair da situação sem leis, que conduz à guerra, senão o de consentir leis públicas coativas [...] e formar um Estado de povos (*civitas gentium*), que [...] abrangeria finalmente a todos os povos da Terra. Mas se por sua ideia de direito das gentes não quiserem esta solução, pelo que resulta que o correto *in thesi* o rejeitam *in hypothesis*, então, a *torrente* dos instintos de injustiça e inimizade só poderá ser detida, não pela ideia positiva de uma *república mundial* [...], mas pelo sucedâneo *negativo* de uma *federação*, permanente e em contínua expansão, embora com o perigo constante de aqueles instintos irrompam.¹³¹

Pelas letras de Kant, pode-se inferir que, por os Estados não consentirem na fundação de uma República Mundial, a federação por eles formada seria o resultado do esforço comum dos Estados em evitar a guerra e promover a paz, independentemente da ação de uma força externa aos próprios Estados membros. A ação constantemente reafirmada dos Estados de realizar a paz seria a segurança necessária para estes saírem do estado de natureza e se estabelecerem sob uma condição jurídica.

Posteriormente, Kant considerou a constituição de uma República Mundial, como forma de se obter uma condição de paz, uma ideia inatingível,¹³² haja vista os

127 KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Bauru, Edipro, 2003, p. 163.

128 *Ibidem*, p. 174.

129 Kant refere-se indiretamente ao modelo de República originada pela Revolução na França.

130 KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 24/25.

131 *Ibidem*, p. 25/26 (tradução nossa).

132 Conquanto esta ideia hoje possa ser repensada, todavia, no século XVIII, a administração de qualquer atividade que ultrapassasse as fronteiras nacionais envolvia, necessariamente, optar pela

empecilhos à administração de uma organização mundial. Desta feita, seria apenas por meio de uma liga ou congresso de nações que a “ideia de um direito das gentes é exequível”, com as lides entre os Estados decididas “de uma maneira civil, como por meio um processo, e não de uma maneira bárbara (a maneira dos selvagens), a saber, pela guerra”.¹³³

Kant reconhece o pluralismo político e jurídico na ordem internacional – a originalidade de cada povo.¹³⁴ Para não cair num utopismo jurídico, o filósofo amolda, por uma razão prática, sua “Doutrina do Direito” à realidade contida no segundo artigo definitivo.¹³⁵ Contudo, não se trata de “acomodação da realidade”, mas o reconhecimento “do sentido positivo que a realidade, mesmo em oposição à razão, tem para a própria realização dos ideais racionais”,¹³⁶ pois seria inaceitável, do ponto de vista moral, um Estado mundial, em desconsideração à dinamicidade do mundo material.¹³⁷

4.2.2.3. Terceiro artigo definitivo: *O direito cosmopolita deve limitar-se às condições de hospitalidade universal*

O termo “hospitalidade” deve ser entendido numa acepção estritamente jurídica.¹³⁸ “direito de um estrangeiro a não ser tratado com hostilidade em virtude da sua vinda ao território de outro”,¹³⁹ o qual se condicionaria ao comportamento amistoso do estrangeiro e seria limitado à possibilidade do estrangeiro realizar relações comerciais.¹⁴⁰ Este *direito de visitas* propiciaria aos povos “estabelecer relações pacíficas [...] que se converterão, ao fim, em legais e públicas, podendo assim aproximar o gênero humano de uma constituição cosmopolita”.¹⁴¹

Por direito cosmopolita, Kant entende exatamente a relação entre um Estado e cidadãos estrangeiros.¹⁴² A máxima da hospitalidade é justificada pelo direito que

guerra. À exemplo, veja-se as colônias europeias na América e na Ásia.

133 KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Bauru, Edipro, 2003, p. 193.

134 NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant – Filosofia do Direito Internacional e das relações internacionais*, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 53.

135 *Idem*.

136 NOUR, *op. cit.*, p. 54.

137 *Idem*.

138 Assim como os demais artigos, este regula uma situação jurídica, não considerando questões filantrópicas (éticas) em sua realização.

139 KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 27.

140 *Ibidem*, p. 27/28.

141 *Ibidem*, p. 28.

142 BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emmanuel Kant*, São Paulo, Mandarim, 2000, p. 261.

cabe a todos os homens de ingressar em uma sociedade com os outros, em razão de uma posse originariamente comunitária do solo terrestre,¹⁴³ mas por esta não ser uma comunidade jurídica de posse (*communio*), as pessoas encontram-se numa comunidade de potencial interação física (*commercium*),¹⁴⁴ portanto

numa relação universal de cada uma com todas as demais de se *oferecer para dedicar-se ao comércio* com qualquer outra, e cada uma tem o direito de fazer esta tentativa, sem que a outra fique autorizada a comportar-se em relação a ela como um inimigo por ter feito essa tentativa. Esse direito, uma vez que tem a ver com a possível união de todas as nações com vistas a certas leis universais para o possível comércio entre elas, pode ser chamado de *direito cosmopolita (ius cosmopolitanum)*.¹⁴⁵

Tem-se, assim, que este direito, a hospitalidade, mais que limitado à prática de relações comerciais, serviria como instrumento propulsor do comércio. Disto decorrem duas consequências. A primeira, é que o Estado não tem qualquer dever de tolerar a permanência em seu território de estrangeiros que exerçam atividades que extrapolem as das práticas comerciais. Kant exemplifica esta hipótese com as medidas restritivas que Estados como a China e o Japão tinham em relação aos povos europeus em razão do comportamento destes em considerar a *visita* àqueles uma *conquista*.¹⁴⁶

A segunda consequência é que estando as relações comerciais garantidas pelo direito à hospitalidade, maior será o interesse do povo favorecido por estas relações de mantê-las, assim como do Estado visitante em intensificá-las, pois a ambos a prática comercial resulta em aumento de riqueza, não apenas econômica, mas sobretudo cultural. Contudo, este ambiente seria prejudicado em uma situação de guerra que afete uma das partes; a simples ameaça de um conflito armado já seria suficiente para impedir o comércio e dificultar o trânsito de mercadorias e pessoas, resultando em um prejuízo material à população e, conseqüentemente, uma diminuição da receita dos Estados. Estes motivos são suficientes para a população não desejar a guerra (desejo que se concretizaria nas constituições civis republicanas) e para os Estados se esforçarem em entrar numa relação jurídica – o que evitaria o uso da força como meio de solução de litígios.

Desta feita, a realização do direito cosmopolita de estabelecimento de condições à hospitalidade universal através do comércio entre os povos fortaleceria

143 BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emmanuel Kant*, São Paulo, Mandarim, 2000, p. 261.

144 KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Bauru, Edipro, 2003, p. 194.

145 *Idem*.

146 KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 28/29.

a função pacífica das República, na mesma medida em que serviria como incentivo à fundação de uma liga de Estados promotores da paz.

A descrição de Kant do direito cosmopolita rompeu a tradicional visão que, até ele, o direito possuía, como detentor de duas dimensões, quais sejam: o *direito estatal*, interno de cada Estado, e o *direito das gentes*, que compreendia as relações entre Estados e entre indivíduos de Estados distintos. Em uma nota de rodapé,¹⁴⁷ Kant acrescentou uma terceira dimensão, a do *direito* cosmopolita, “direito dos cidadãos do mundo, que considera cada indivíduo não membro de seu Estado, mas membro, ao lado de cada Estado, de uma sociedade cosmopolita”.¹⁴⁸

Ressalta-se que a premissa empírica para as três dimensões jurídica é a mesma: “a recíproca ‘influência física’”.¹⁴⁹ Contudo, apenas com o advento da época moderna é que as pessoas passaram a sofrer influência consequentes de uma relação recíproca global, conforme escreveu Kant:

como se avançou tanto no estabelecimento de uma comunidade [...] entre os povos da Terra que a violação do direito num ponto da Terra repercute em todos os demais, a ideia de um direito cosmopolita não significa uma representação fantástica ou extravagante do direito, mas que complementa o código não escrito de direito político e de direito das gentes em um direito público da humanidade, sendo um complemento da paz perpétua, ao constituir-se em condição para uma contínua aproximação a esta.¹⁵⁰

Neste artigo, assim como nos demais, Kant argumenta que a paz perpétua deve ser buscada e estabelecida tanto pelos indivíduos membros dos Estados, quanto pela comunidade global, não cabendo a discussão de ela ser ou não uma possibilidade real.¹⁵¹ Os esforços de todos os sujeitos devem tê-la como objetivo, agir como se ela fosse real, implementar os meios necessários para alcançá-la e “colocar um fim à ação bélica”.¹⁵² Denota-se das linhas dedicadas pelo filósofo ao escrever sobre a paz perpétua que os meios consignados à obtenção deste objetivo sobressaem-se à sua consecução.

147 “una Constitución según el derecho cosmopolita (Weltbürgerrecht), en cuanto que hay que considerar a hombres y Estados, en sus relaciones externas, como ciudadanos de un estado universal de la humanidad (*ius cosmopoliticum*)” (KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 15).

148 NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant – Filosofia do Direito Internacional e das relações internacionais*, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 55.

149 *Idem*.

150 KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 30, (tradução nossa).

151 KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Bauru, Edipro, 2003, p. 196.

152 *Idem*.

4.2.3. Garantia e artigo secreto para a paz perpétua

Ainda que de conteúdo não jurídico, visto que eminentemente empírica, a garantia que Kant apresenta à concretização da paz perpétua é a própria Natureza, a qual, através do antagonismo dos homens, faz surgir a harmonia, mesmo contra a vontade destes.¹⁵³ A Natureza, ao mesmo tempo que teria disponibilizado aos homens os motivos para realizar a guerra, também ofereceu recursos à promoção da paz.¹⁵⁴

A Natureza teria optado pela guerra para coagir os homens a convivência sobre o globo terrestre,¹⁵⁵ porém, esta convivência obriga-os, mesmo contra sua vontade, a se organizarem como Estado, a fim de propiciar melhor sucesso nas lutas bélicas.¹⁵⁶ As diferenças de língua e religião entre os povos seriam um pretexto para a manutenção dos povos no estado de guerra, porém, a aproximação dos homens resulta num incremento cultural que coincidiria com a paz.¹⁵⁷ Por fim, o espírito comercial do homem, manifestação de seu egoísmo e de sua busca pelo poder do dinheiro, obrigá-lo-ia a fomentar a paz e a evitar a guerra.¹⁵⁸ Estes fatores garantiriam o estabelecimento das repúblicas, de uma federação de Estados e de uma comunidade cosmopolita.

Para o artigo secreto, conquanto seja uma contradição objetiva sua existência no direito público, Kant propôs a seguinte redação: “as máximas dos filósofos sobre as condições de possibilidade da paz pública devem ser tomadas em consideração pelos Estados preparados para a guerra”.¹⁵⁹ Seria uma “cláusula secreta” por os legisladores dos Estados, representantes da soberania do povo, devem ouvir o que os filósofos, portanto, súditos, têm a dizer, em silêncio, pelo simples atos de deixá-los “falar livre e publicamente sobre os princípios gerais da guerra e do estabelecimento da paz”.¹⁶⁰

153 KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 31.

154 Segundo o filósofo, a Natureza “1) Ha cuidado de que los hombres de todas las partes de la tierra puedan vivir; 2) a través de la guerra los ha llevado incluso a las regiones más inhóspitas para poblarlas; 3) también por medio de la guerra ha obligado a los hombres a entrar en relaciones más o menos legales.” (KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 31)

155 KANT, *op. cit.*, p. 35.

156 *Ibidem*, p. 37.

157 *Ibidem*, p. 40/41.

158 *Ibidem*, p. 41.

159 *Ibidem*, p. 42.

160 *Idem*.

Que os estados se empenhem em ouvir as máximas dos filósofos demonstra que, para Kant, a razão humana, da qual os filósofos são a mais alta expressão, está acima da potência do Estado, e não pode ser por ele nem apagada nem limitada. Mas significa dizer também um outra coisa: que os filósofo [...] têm algo a dizer aos poderosos, que detêm nas mãos o destino dos homens.¹⁶¹

Não é intenção de Kant que os filósofos governem, nem que sua opinião tivesse prevalência a dos juristas, mas simplesmente que sua voz fosse ouvida,¹⁶² pois “é imprescindível para ambos que os reis, ou os povos soberanos [...], não deixem desaparecer ou calar a classe dos filósofos, mas sim os deixem falar publicamente para esclarecimento de seus assuntos”.¹⁶³ A proposição do filósofo prussiano é a existência necessária de um canal comunicativo aberto entre os pensadores e os governantes.¹⁶⁴

Esta necessidade de o jurista ter contato com o pensamento do filósofo deve-se por que, enquanto este tem um interesse tão somente científico no que toca aos assuntos de justiça, aquele, por ter sua atividade limitada à aplicação das leis, não se atem quanto à necessidade de melhora destas.¹⁶⁵ Kant, utilizando-se da figura da justiça representada pelos símbolos da balança e da espada, afirma ironicamente que, por vezes, o jurista “se serve comumente da espada não apenas para afastar da balança toda influência estranha, mas também para pô-la na balança quando um dos pratos não quer afundar-se”.¹⁶⁶

A filosofia deve ter liberdade para poder expor os erros cometidos por outras faculdades,¹⁶⁷ o que permite ao governante saber o que é ou não vantajoso.¹⁶⁸ Não se trata de um filósofo conselheiro do regente, pois a figura tradicional do conselheiro era o daquele de emite conselhos sobre a condução da guerra, sendo que, para Kant, o interesse do filósofo é o estabelecimento da paz – imperativo da razão. Assim ele “expressa-se sobre este assunto por si mesmo, desde que não seja

161 BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emmanuel Kant*, São Paulo, Mandarim, 2000, p. 263.

162 KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 43.

163 KANT, *op. cit.*, p. 43/44, (tradução nossa).

164 NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant – Filosofia do Direito Internacional e das relações internacionais*, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. XVII – Prefácio.

165 *Ibidem*, p. 88.

166 KANT, *op. cit.*, p. 45, (tradução nossa).

167 Segundo Kant, as faculdades humanas seriam divididas em Teologia, Medicina, Jurisprudência e Filosofia (KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 43, nota)

168 NOUR, *op. cit.* p. 89.

impedido, e suas máximas então é que são consultadas”.¹⁶⁹ É o rei quem deve buscar, “secretamente”, o conselho dos filósofos.

Dizer que o filósofo falará por si mesmo sobre as condições da paz, desde que não seja impedido [...], indica tanto o caráter filosófico de tais questões como o essencial engajamento do filósofo com os problemas de seu tempo. É justamente esse comportamento que Kant diz se esperar de um filósofo o que ele próprio está cumprindo ao escrever *À paz perpétua*. A filosofia, no entanto, deve se realizar na práxis: deve se tornar política.¹⁷⁰

O filósofo de Königsberg se prestou, durante toda sua vida, ao papel de filósofo não-pragmático aos políticos, argumentando que, apenas se os políticos conformarem a condução dos assuntos do Estado às máximas dos filósofos, seus interesses poderiam ser assegurados a longo prazo.¹⁷¹ Kant, embora jamais se envolvesse em atividades políticas, utilizou sua reputação intelectual como influência à condução política de sua época.¹⁷²

4.3. DEFINIÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E PROJETO DE PAZ PERPÉTUA

O direito público, segundo uma visão kantiana, pode ser definido como o conjunto das leis promulgadas, destinadas a um povo submetidos a mesma constituição civil, sob as quais pode a escolha de um sujeito vincular-se a escolha de outro de modo que a ação externa resultante dessas escolhas possa coexistir com a liberdade de outros.¹⁷³ Assim, suas três dimensões: o direito do Estado, das gentes e cosmopolita, devem também poder ser contido nesta definição.

Não se atendo ao componente da definição que demande existência empírica, qual seja, a influência recíproca entre as pessoas (quer como destinatárias das leis ou como sujeitos que se vinculam sob elas), verifica-se que nas três dimensões devem ser encontrados os elementos “conjunto de leis promulgadas”, “constituição civil”, “vínculo entre escolhas” e “liberdade”, sem os quais não se há de falar em *direito público*.

169 NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant – Filosofia do Direito Internacional e das relações internacionais*, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 90.

170 *Idem*.

171 WOOD, Allen W. *Kant – Introdução*, Trad. Delamar José Volpato Dutra, Porto Alegre, Artmed, 2008, p. 212/213.

172 ANDRADE, Régis de C. *Kant: a liberdade, o indivíduo e a república*. In WEFFORT, Francisco C. (org.), *Os Clássicos da Política – Vol. 2*, São Paulo, Ática, 2005, p. 50.

173 KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Bauru, Edipro, 2003, p. 76/77 e 153.

Quanto a liberdade, é fácil perceber que esta reside, sob a mesma forma, nas três dimensões. Antes da instauração de uma situação jurídica, indivíduos, povos e Estados estão em gozo de uma liberdade que não é restrita por uma lei heteronômica. Ao ingressarem numa condição jurídica, a liberdade está adstrita a esta, ao mesmo tempo em que por ela é assegurada.

No tocante ao vínculo entre escolhas, também não necessita de grande investigação. A existência de uma pessoa, como entidade racional, exige que esta seja dotada de vontade, a qual se manifesta, de maneira prática, na forma de escolhas. Sendo, para Kant, o direito constituído de pessoas naturais e morais, em suas três dimensões, qualquer relação tida por jurídica necessita da presença de uma escolha, quer seja por um contrato de compra e venda ou por um tratado de aliança militar.

Quanto a “constituição civil”, surgem alguns problemas de sua identificação, sobretudo no âmbito do direito das gentes e do direito cosmopolita. No direito estatal, é patente a existência de uma constituição civil, pois é desta que advém o próprio Estado. Entretanto, buscar um correlato no direito das gentes e no cosmopolita é uma tarefa infrutífera. Isto porque, diferente da constituição do Estado, que, além de instituir uma situação jurídica entre os indivíduos, cria um ente moral que estará juridicamente acima dos “contratantes”, a constituição civil da federação de nações e da sociedade cosmopolita não cria uma pessoa moral superior aos constituintes, mas tão somente estabelece uma *condição* jurídica, a qual será mantida pela própria vontade dos contratantes.¹⁷⁴

No que se refere ao “conjunto de leis promulgadas”, assim como ocorre com a constituição civil, é fácil a sua verificação no direito interno dos Estados, não se podendo, todavia, delineá-lo explicitamente no direito das gentes e cosmopolita. Numa república, o poder de legislar necessariamente deve estar separado do poder de executar os comandos legais, sendo que a instituição cuja função é exercer o poder legislativo deve constituir-se de um colégio de representantes do povo, o qual o comporá por intermédio de seus deputados. As leis que este órgão representativo editará serão *promulgadas*¹⁷⁵ a todos os representados nele, como que eles mesmos

174 Uma comparação poderia ser feita quanto ao modo como se asseguraria a liberdade dos sujeitos: enquanto que, no direito interno, esta securitização cabe ao Estado, no direito das gentes e cosmopolita seria resultado da vontade dos Estados criados pelos indivíduos, a qual sempre estaria direcionada à promoção da paz e o estabelecimento de uma condição jurídica entre povos, Estados e indivíduos entre si.

as tivesse redigidas. Esta promulgação nada mais é do que o ato de tornar pública a lei aprovada pelo órgão legislativo.¹⁷⁶

Conquanto inexista um órgão que promane leis públicas no âmbito do direito das gentes e no do direito cosmopolita, os atos jurídicos dos Estados na sua relação entre si e com os indivíduos estrangeiros *devem ser* públicos. A este respeito, Kant enuncia a proposição de que “são injustas todas as ações que se referem ao direito de outros homens, cujos princípios não suportam a publicação”.¹⁷⁷ Deste modo, é o contrato signado pelos Estados para criar e manter uma associação não obrigatória, ao lado da realização de atos públicos que manifestem a vontade pacífica dos Estados, que estabelecerão um estado jurídico entre estes e com estrangeiros.

No direito das gentes e no direito cosmopolita, é o próprio desempenho da função política *strictu sensu* dos Estados, sem distinção funcional,¹⁷⁸ que advém o estado jurídico; nisto reside a imprescindibilidade do caráter público dos atos estatais nesta dimensão. Neste esteio, Kant argumenta que se tão somente com a publicidade as máximas dos atos dos Estados podem alcançar seu fim, então estes se adequariam ao fim público universal – a felicidade. Para tanto, o filósofo de Königsberg enuncia o seguinte princípio transcendental e positivo do direito público: “Todas as máximas que *necessitam* de publicidade (para não fracassar em seus propósitos) concordam, ao mesmo tempo, com o direito e com a política”.¹⁷⁹

Esta última reflexão de Kant, acerca da publicidade dos atos do Estado no plano internacional, demonstra as condições de possibilidade para que o direito das gentes e o direito cosmopolita sejam tomados como direito público. Inserida no apêndice II da *À Paz Perpétua* (intitulado: Da harmonia da política com a moral

175 No original, em alemão, “allgemeinen Bekanntmachung”: Publicação a todos (KANT, Immanuel. *Metaphnfik der Sitten*, Königsberg, Friedrich Nicvlovig, 1798, p. 191). Outra palavra, em alemão, para publicação é “Bekanntgabe”, que tem um sentido mais próximo de *disponibilizar ao público*, tal qual a palavra “publicação” na Língua Portuguesa. Embora sejam termos muito semelhantes, o substantivo “Bekanntmachung” corresponde a uma *efetiva* comunicação de dado fato (a edição de uma lei, p. ex.), com significação próxima, em português, a notificação ou proclamação. Isso denota que a publicidade das leis de direito público, ou seja, seu prévio conhecimento pelos sujeitos submetidos às suas condições, é pressuposto para sua existência. Isso explica a importância que Kant confere à publicidade dos atos de condução da política internacional das Repúblicas.

176 Nos Estados, de maneira geral, ainda que não se constituam em repúblicas, é fácil a percepção da promulgação – meio pelo qual se publiciza a lei editada por um órgão limitada. Este ato (a promulgação) não apenas torna pública, conhecida a lei, mas também a toma como pública, ou seja, o texto aprovado por um colegiado representativo passa a ser válido como texto legal a todos os representados. Assim, a publicidade da lei (torná-la evidente) é concomitante à sua publicização (constituir-se em texto legal de direito público).

177 KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 61/62.

178 Ou seja, separação entre legislativa, executiva e judiciária.

179 *Ibidem*, p. 69

segundo o conceito transcendental de direito público), ela complementa o texto inscrito no apêndice I, o qual, como próprio título revela, trata dos problemas “Sobre a discrepância entre a moral e a política a respeito da paz perpétua”.¹⁸⁰

Desta maneira, finda a exposição da obra *À Paz Perpétua* com esta brevíssima reflexão sobre a definição de direito público nas suas diferentes dimensões, na qual se evidenciou a exigência da publicidade em âmbito internacional para possibilidade de uma condição propícia ao desenvolvimento de relações jurídicas, partir-se-á à análise dos reflexos atuais do ideal propagado por Immanuel Kant, assim como de uma necessária atualização de suas ideias.

180 Neste texto, o filósofo conclui que não há incompatibilidade objetiva entre moral e política, não obstante este conflito possa sempre existir “na inclinação egoísta dos homens”. (KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 58/59)

5. REFLEXOS DO PROJETO KANTIANO NO DIREITO INTERNACIONAL

Embora a obra *À paz perpétua* tenha sido escrita no apagar do século XVIII, ela estende sua influência para a atualidade. Seu eco ressoou em diplomas jurídicos de direito internacional, tais como a Convenção de Viena e a Carta das Nações Unidas. Um grande exemplo é o texto contido no preâmbulo desta Carta, cuja inspiração da filosofia kantiana é evidente.¹⁸¹

Ao ser feita menção da influência contemporânea da obra de Kant, deve-se, necessariamente, abordar a questão do idealismo, como paradigma clássico das relações internacionais, o qual consolida-se após o fim da Primeira Grande Guerra. No início do século XX, o idealismo surge não apenas como pressuposto de análise da realidade internacional, mas como uma proposta de reorganização desta.¹⁸²

Os traumas trazidos pela Primeira Guerra Mundial instigou pensadores a repercutir estudos sobre um novo modelo de relações internacionais, pelos quais os Estados passariam de atores de uma guerra global a agentes cooperadores em busca da paz. E, dentre as obras liberais, a que maior inspiração trouxe à teoria das relações internacionais do pós-guerra foi exatamente o opúsculo kantiano.¹⁸³

O pensamento liberal idealista, tanto quanto o atual pensamento liberal, possuía e continua possuindo alguns pontos de crença influenciados em grande parte pela produção de conhecimento iluminista, tais como a confiança na efetividade da norma como regulador das condutas entre os sujeitos das relações internas e externas, mas principalmente, como promotor da paz entre Estados soberanos, na eficácia do livre-comércio e na democracia como ambiente ideal para a promoção da paz e do desenvolvimento.¹⁸⁴

Deste idealismo advém, em 1919, a formação da Liga das Nações, cuja principal função seria a manutenção de um fórum permanente de Estados (ou de Nações) que garantisse a paz. Destaca-se que esta assembleia de Estados teve como marco político inicial a chamada “Paz de Versalhes”, a qual foi “proclamada” pelos países vencedores da Primeira Guerra: Estados Unidos, Inglaterra e França.¹⁸⁵ Woodrow Wilson, presidente dos EUA à época [e kantiano declarado], foi quem apresentou a proposta para a criação da Liga das Nações, a qual fazia parte dos

181 Com as devidas ressalvas, pode-se afirmar que há traços de todos os artigos de “À paz perpétua”, preliminares e definitivos, em referido preâmbulo.

182 SALDANHA, Eduardo, e ANDRADE, Melanie M. de. *Immanuel Kant – Idealismo e a Carta da Onu*, Curitiba, Juruá, 2008, p. 89.

183 *Ibidem*, p. 95/96.

184 *Ibidem*, p. 97. É nítida a influência do pacifismo político e jurídico kantiano neste modo de pensar.

185 *Ibidem*, p. 125.

denominados “Quatorze Pontos” que levou à discussão – de clara influência iluminista, majoritariamente, kantiana.¹⁸⁶

De início, a Liga das Nações obteve algum êxito em conflitos entre Estados que, num passado, inevitavelmente os conduziriam à guerra armada. Também, atuou na busca de soluções para problemas irrompidos no mundo pós-guerra, principalmente em matéria econômica, agravados pela escassez de recursos materiais em algumas regiões.¹⁸⁷

Entretanto, este idealismo liberal nas relações internacionais teve fim conjuntamente com a derrocada da Liga das Nações – a principal concretização de suas teorizações. Enfraquecida pela regra da unanimidade das votações, ponto intocável nos diplomas jurídicos internacionais, e pela livre possibilidade de retirada de seus membros, tal qual proposto por Kant, além do não ingresso dos EUA, cujo presidente democrata tinha sido o maior defensor da criação da Liga, cessou suas atividades com o estopim da Segunda Guerra Mundial, tendo sido oficialmente extinta em 1947.¹⁸⁸

Deste curto período de existência, a atividade da Liga das Nações resultou em avanço para o estabelecimento de instrumentos jurídicos internacionais à garantia da paz. Dentre estes, merece destaque o Pacto Briand-Kellog, de 1928, por meio do qual os Estados que o signaram, conjuntamente com a quase totalidade de países que posteriormente o ratificaram, condenavam e renunciavam o recurso à guerra.¹⁸⁹ Embora tal norma tenha tido sua efetividade fortemente questionada pelos fatos que se sucederam à sua edição e que culminariam na Segunda Guerra Mundial, suas prescrições tiveram fundamental importância. A partir deste tratado,

186 SALDANHA, Eduardo, e ANDRADE, Melanie M. de. *Immanuel Kant – Idealismo e a Carta da Onu*, Curitiba, Juruá, 2008, p. 99/100. Dentre estas “Questões”, estavam: “1. Pactos abertos (acordos) de paz a serem concluídos abertamente, sem acordos secretos; 2. Liberdade das águas além das territoriais; 3. Remoção de todas as barreiras ao comércio; 4. Redução dos armamentos nacionais ao mínimo necessário à segurança interna dos Estados; 5. Atendimento imparcial e aberto às reivindicações das colônias, principalmente relativo à independência; [...] 14. Formação de uma associação geral de nações, de acordo com convenções específicas, com vistas a dar garantias mútuas de independência política e de integridade territorial aos grandes e pequenos Estados”.

187 *Ibidem*, p. 103.

188 MELLO, Celso D. de A. *Direito Internacional Público*, 5ª Ed., Rio de Janeiro, Freitas Basto, 1976, p. 360.

189 RESEK, Francisco. *Direito Internacional Público*, 11ª Ed., São Paulo, Saraiva, 2008, p. 373. O tratado trazia em seu texto que “as altas partes contratantes declaram solenemente condenar o recurso à guerra como meio de solucionar conflitos internacionais, e renunciam a ela como instrumento de política nacional nas suas relações mútuas. As altas partes contratantes reconhecem que a solução das disputas ou conflitos de qualquer natureza ou origem que possam surgir entre elas deverá ser buscada somente por meios pacíficos.”

pois, restou-se impossível defender a licitude jurídica de quaisquer guerras como meio legítimo de solução de conflitos.

A despeito do insucesso na evitação da guerra, o Pacto da Liga das Nações estabeleceu técnicas de negociações para solução pacífica de litígios, as quais foram, posteriormente, aperfeiçoadas com o advento das Nações Unidas.¹⁹⁰ Esta, diferentemente de sua congênere antecessora, a qual foi demasiadamente guiada por um espírito idealista, considerou, em seu plano de ação, as condições empíricas existentes na década de 40, sobretudo, a situação política internacional.

Na própria Carta da ONU, antagonicamente, convivem posições idealizadas das relações internacionais, como as previstas no art. 2º, e concepções pragmáticas, nas quais se prevê o sacrifício de alguns de seus princípios fundantes a fim de se evitar possíveis consequências mais graves.¹⁹¹ O maior exemplo disto é a previsão da existência de um Conselho de Segurança – o órgão mais importante na estrutura das Nações Unidas,¹⁹² composto de 15 membros, cinco permanentes¹⁹³ e dez eleitos pela Assembleia Geral –, o qual, além de possuir preeminência quanto à manutenção da paz e da segurança internacional,¹⁹⁴ tem a necessidade de suas votações contar com a unanimidade de seus membros permanentes – um eufemismo para “veto”.

Neste sentido, não é possível entender a Organização das Nações Unidas como a realização jurídica das teorizações filosóficas de Kant acerca das relações internacionais, como alguns são tentados a fazer; pelo menos não sem ressalvas.

5.1. PROBLEMATIZAÇÃO DA APLICAÇÃO CONTEMPORÂNEA DOS IDEIAS KANTIANOS DE PAZ PERPÉTUA

190 VENTURA, Deisy, e SEINTENFUS, Ricardo. *Introdução ao Direito Internacional Público*, 2ª ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2008, p. 142.

191 Um exemplo é o texto que prevê que “a Organização é baseada no princípio da igualdade de todos os seus Membros”, contudo, na sequência, prevê direito a veto unicamente aos cinco membros permanentes no Conselho de Segurança (art. 27). “A adoção do veto na Carta tem impedido que a ONU tome iniciativas em questões de maior importância, levando-a praticamente a uma paralisação. Todavia, ele tem tido também a sua parte benéfica no sentido de que tem mantido todos os Grandes dentro da ONU” (MELLO, Celso D. de A. *Direito Internacional Público*, 5ª Ed., Rio de Janeiro, Freitas Basto, 1976, p. 370).

192 MELLO, Celso D. de A. *Direito Internacional Público*, 5ª Ed., Rio de Janeiro, Freitas Basto, 1976, p. 370.

193 São eles: Estados Unidos da América, França, Grã-Bretanha, Rússia e China. A escolha destes, por si só, demonstra a influência do espírito de pós-guerra na redação da Carta.

194 VENTURA, Deisy, e SEINTENFUS, Ricardo. *op. cit.*, p. 142/143.

Considerar a Carta da ONU como uma resultante empírica da metafísica kantiana¹⁹⁵ ou, em sentido oposto, como uma demonstração da inviabilidade prática da concretização dos imperativos de Direito Público no plano internacional, é conduzir-se por uma análise estreita e acrítica: incompatível com a filosofia kantiana.

Por certo, é nítido, não apenas em mencionada Carta, mas em praticamente todos os pactos internacionais que versem sobre paz e segurança internacional, o sacrifício de princípios fundamentais aprioristicamente definidos, o que pode levar à falsa conclusão de que os ideais kantianos de paz perpétua são irrealizáveis, por desconsiderarem a realidade empírica. A partir destas verificações, erroneamente, poder-se-ia afirmar que, mesmo sendo metafisicamente determinante um relacionamento pacífico entre os Estados, o qual nada mais é do que o estabelecimento de uma relação jurídica entre estes, os fatores empíricos de existência restringiriam esta possibilidade.

Assim, teríamos um equívoco por Kant ao propor, em seu sistema de metafísica dos costumes, um direito cosmopolita fundado na “ideia racional de uma comunidade universal pacífica, [...], de todas as nações da Terra que possam entreter relações que as afetam mutuamente”,¹⁹⁶ pois, para haver mencionada comunidade universal, faz-se necessário a conjugação de condições empíricas, sem a qual, a ideia de paz mundial não passaria de um “princípio filantrópico”, segundo o próprio vocabulário kantiano.

Todavia, tal equívoco apenas subsistir-se-ia ao ignorar que distam duzentos anos da elaboração do projeto kantiano, o qual foi pelo filósofo escrito segundo conceitos jusracionalista da época e sob o espectro histórico do século XVIII, razão por que, atualmente, enfrenta dificuldades conceituais e não se harmoniza com a experiência histórica contemporânea.¹⁹⁷

Partindo destas premissas, Jüngen Habermas, no ano de 1997, pouco mais de dois séculos da primeira edição de *À Paz Perpétua*, fez um estudo sobre o projeto kantiano e a sua distância histórica, cujas principais questões abordadas

195 Para fundamentar esta posição, há quem, implicitamente, aponte ser a Carta de São Francisco um “arranjo”, na acepção matemática do termo, dos textos presentes na obra *À Paz Perpétua*. Não se nega, absolutamente, a inspiração desta na escrita daquela, contudo, afirmar que “a Organização busca a paz perpétua, como Kant previa” (SALDANHA, Eduardo, e ANDRADE, Melanie M. de. *Immanuel Kant – Idealismo e a Carta da Onu*, Curitiba, Juruá, 2008, p. 134) não se coaduna nem com os objetivos manifestos na Carta, muito menos com a interpretação dos artigos propostos pelo filósofo.

196 KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Bauru, Edipro, 2003, p. 194.

197 HABERMAS, Jüngen. *A ideia kantiana de paz perpétua – à distância histórica de 200 anos*. In: _____. *A inclusão do outro – estudos de teoria política*, Trad. George Sperber e Paulo Astor Soethe, São Paulo, Loyola, 2002, p. 186.

são: “como se apresenta a ideia kantiana a luz da história dos últimos duzentos anos e de que maneira esta ideia precisa ser reformulada em vista da situação mundial de nossos dias”.¹⁹⁸

Para tanto, o filósofo de Frankfurt faz uma breve reflexão sobre a espécie de guerra a qual Kant tratou em seu projeto de paz: não era outra senão os conflitos armados entre as potências europeias do século XVIII, cujo direito das gentes, então vigente, legitimava-os como instrumento apto à solução de conflitos internacionais.¹⁹⁹ Neste entendimento, assim como o encerramento de uma guerra instaura uma situação de paz e um tratado de paz visa a pôr fim aos males de uma guerra em particular, uma aliança internacional para a paz deve encerrar todas as guerras, para sempre, suprimindo todos os males por elas ocasionados.²⁰⁰

Kant pensava aí em conflitos espacialmente delimitados entre Estados e alianças em particular, e não em guerras mundiais. Pensava em guerras travadas entre gabinetes e Estados, e não em guerras nacionais ou civis. Pensava em guerras tecnicamente delimitadas, que permitem a distinção entre tropas de combate e população civil, mas não em guerrilha e terrorismo. Pensava em guerras com objetivos politicamente delimitados, e não em guerras de aniquilamento ou banimento, ideologicamente motivadas.²⁰¹

Além dessa questão histórica, há o problema conceitual em definir juridicamente a condição cosmopolita, cuja paz perpétua é um sintoma.²⁰² Para tanto, Kant se esforçou em realizar uma distinção entre o direito internacional clássico e o que ele escrevia por direito cosmopolita, pelo qual estabelecer-se-ia uma condição jurídica entre os Estados, diferentemente do direito clássico, o qual atuava sob uma condição natural entre estes. Disto, decorre a analogia, muito utilizada por Kant, do indivíduo que abandona sua condição natural para estabelecer uma condição civil, onde teria sua liberdade garantida, e dos Estados, que deveriam abandonar sua condição beligerante para entrar numa condição cosmopolita. Esta condição apenas seria firmada após a constituição de uma liga²⁰³ permanente de nações. Entretanto, o filósofo de Königsberg não explicou como manter o caráter permanente desta associação de nações, da qual depende o tratamento civil dos

198 HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro – estudos de teoria política*, São Paulo, Loyola, 2002, p. 186.

199 *Ibidem*, p. 187.

200 *Idem*.

201 *Idem*.

202 *Ibidem*, p. 188.

203 Ou congresso, ou assembleia, ou associação. Quanto a este tema, Kant toma por sinônimos estes termos.

conflitos internacionais, sem submeter os Estados a uma constituição análoga a que existe no interior destes.²⁰⁴

Kant de fato não pode ter em mente uma obrigação jurídica, mesmo porque sua liga das nações não é concebida como uma organização com unidades coordenadas, que conquista uma qualidade estatal e com isso uma autoridade coercitiva. Portanto, ele precisa fiar-se exclusivamente em uma união *moral* dos governos entre si. Por outro lado, isso é quase inconciliável com as realistas e austeras descrições da política contemporânea feitas por Kant.²⁰⁵

Conquanto este problema tenha sido reconhecido por Kant, ele comete à *razão* o papel de unir, ao conceito de direito das gentes, o de “federalismo livre”,²⁰⁶ cuja resultante seria o caráter permanente desta federação. Conjuga-se a isso o fato de que, no fim do século XVIII, a existência de Estados de Direito era uma novidade no cenário internacional,²⁰⁷ pois a maioria das nações europeias viviam uma monarquia quase-despótica, motivo pelo qual Kant repudiou a existência de um Estado supra-nacional, o qual soaria, àqueles tempos, como um Estado despótico de alcance mundial, algo absolutamente indesejado pelo filósofo.²⁰⁸

Não sendo transpostos estes horizontes empíricos, é difícil acreditar que um motivo moral seria apto a criar e manter qualquer federação de Estados livres e compromissados politicamente. Para a solução deste problema, Kant esboça uma filosofia da história de “intenções cosmopolitas”, a qual, pela própria natureza e de modo não explícito, torna possível a “consonância entre política e moral”.²⁰⁹

5.2. REFORMULAÇÃO DA IDEIA KANTIANA

Um olhar sobre os acontecimentos históricos dos últimos dois séculos revelará que as chamadas “tendências naturais” para a formação de uma aliança entre Estados foram falseadas pelo próprio desenvolvimento das nações, quer por as premissas subjacentes a teoria de Kant não serem mais válidas atualmente, quer pela exigência de uma concepção de direito cosmopolita adequada a realidade hodierna.²¹⁰ Mencionadas tendências, as quais, segundo a teoria kantiana, são o

204 HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro – estudos de teoria política*, São Paulo, Loyola, 2002, p. 190 – Ou seja, submetê-los a uma constituição da qual surge um ente superior aos constituintes.

205 *Idem*.

206 KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 25.

207 A qual era experimentada apenas pelos Estados Unidos da América e pela República Francesa.

208 KANT, *op. cit.*, p. 40.

209 HABERMAS, *op. cit.*, p. 191/192.

210 *Ibidem*, p. 192.

espírito pacífico das repúblicas (primeiro artigo definitivo), a força integradora do comércio internacional (garantia) e a função política da opinião pública (artigo secreto), apontam para uma necessária reformulação do projeto de Kant.

Escreveu o filósofo prussiano, no primeiro artigo definitivo, que:

Se for necessário o consentimento dos cidadãos [...] para decidir se deve haver guerra ou não, nada mais natural que reflitam muito antes de começar um jogo tão maligno, posto que eles teriam que decidir para si mesmo suportar todos os sofrimentos da guerra [...].²¹¹

Entretanto, Kant, ao escrever esta pressuposição otimista em relação às nações republicanas, desconhecia a face nociva da ideia de nação: o nacionalismo – o qual ultrapassou os limites da auto-affirmação de um povo e conduziu populações inteiras a identificar o ideal republicano com a disposição de servir e morrer pela pátria, tornando os exércitos nacionais do século XX mais perniciosos do que os mercenários contemporâneos a Kant.²¹² Destaca-se o fato de que Kant incentivou o serviço militar “voluntário”, a ser prestado pelos próprios cidadãos;²¹³ contudo, “ele não pôde prever que a mobilização maciça de jovens em serviço militar obrigatório, inflamados pelo sentimento nacionalista, ainda iria ocasionar uma era de guerras”.²¹⁴

Não resta demonstrado, histórico e estatisticamente, que Estados democráticos são menos belicistas que os autoritários; o que há é a alteração da política externa daqueles Estados, os quais travam menos guerras entre si e têm como motivos manifestos de suas guerras não razões particulares, mas a defesa de interesse comum entre eles, como a defesa da democracia e dos direitos humanos.²¹⁵ Neste sentido, a ideia de democracia exerceria função ideológica nas relações internacionais, a exemplo do que ocorreu explicitamente durante a Guerra Fria, embora absolutamente desvinculada, em sua ação externa, de um valor pacifista, o que conduz à conclusão de que a estrutura sistêmica internacional não é, de regra, influenciada pelos sistemas políticos de cada país – exatamente o oposto do que defendia Kant.²¹⁶

No tocante a segunda tendência, a de que o comércio internacional constitui uma força integradora que uniria os povos, Kant teve razão indiretamente.²¹⁷ De

211 KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 17, (tradução nossa).

212 HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro – estudos de teoria política*, São Paulo, Loyola, 2002, p. 193.

213 KANT, *op. cit.*, p. 07.

214 HABERMAS, *op. cit.*, p. 193.

215 *Ibidem*, p. 193/194.

216 NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant – Filosofia do Direito Internacional e das relações internacionais*, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 159.

217 HABERMAS, *op. cit.*, p. 194.

modo imediato, o filósofo errou, pois, como um homem do século XVIII, não pode ter aprendido e escrito sobre o conflito de classes resultante do desenvolvimento do capitalismo, o qual fora tratado pelos economistas ingleses do início do século XIX, assim como não poderia prever que os Estados lançariam mão de um imperialismo belicoso em sua política externa, que, por meio do nacionalismo, neutralizaria os conflitos sociais internos.²¹⁸ Contudo, após a Segunda Guerra, se intensifica a interdependência econômica mútua entre as nações, processo assim denominado de globalização, a qual, ao mesmo tempo em que torna improvável um conflito entre as grandes potências nucleares, não impede o surgimento de conflitos de alcance local.²¹⁹ Segundo Habermas:

[...] a globalização questiona pressupostos essenciais do direito público internacional em sua forma clássica – a soberania dos Estados e a separação aguda entre política interna e externa. [...] Com a desnacionalização da economia, [...], em especial com a integração em rede dos mercados financeiros e da produção industrial em nível global, a política nacional perde o domínio sobre as condições gerais de produção – e com isso o leme com que se mantém em curso o nível social já alcançado.²²⁰

Em síntese, afirma o professor frankfurtiano que a influência de fatores econômicos na política internacional restringe a soberania de nações cujo nível de dependência externa de recursos econômicos, tais como tecnologias de comunicação ou de produção industrial, é alto. Esta situação, explica Habermas, “priva os sujeitos – a partir dos quais Kant concebera a associação de Estados livres – da base de sua independência.”²²¹

Por fim, o terceiro ponto de sustentação do projeto kantiano e que Habermas critica é o relacionado à opinião pública.²²² Uma primeira questão suscitada é o fato de que, diferentemente da atualidade, no fim do século XVIII, a opinião pública no interior dos Estados era formada por um pequeno grupo de pessoas cultas que tinham conhecimento dos atos dos governantes – as quais, basicamente, estavam ligadas às universidades ou a outros círculos restritos. Nas palavras de Jürgen Habermas:

218 HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro – estudos de teoria política*, São Paulo, Loyola, 2002, 194.

219 *Ibidem*, p. 194/195.

220 *Ibidem*, p. 195.

221 *Ibidem*, p. 196.

222 Kant denomina a opinião pública como a opinião dos filósofos, mas, em sua obra, resta claro que, como os atos de política devem ser públicos, os filósofos seriam justamente aquelas pessoas que teriam acesso ao conteúdo destes atos e os comentariam abertamente.

[...] Kant naturalmente ainda contava com a transparência de uma opinião pública visível em seu todo, marcada pela literatura, acessível a argumentos e sustentada por membros de uma camada de cidadãos cultos relativamente pequena. Ele não pôde prever a transformação estrutural dessa opinião pública burguesa em uma outra, dominada pelos meios eletrônicos de comunicação, semanticamente degenerada e tomada por imagens e realidades virtuais.²²³

Outra questão é a de que, na época de Kant, não se poderia falar em uma verdadeira opinião pública mundial acerca de qualquer assunto que fosse. Isso porque, além da própria fragmentação política europeia, o mundo do século XVIII era sensivelmente menor do que o atual. Possivelmente, os primeiros acontecimentos que impulsionaram a formação de uma opinião pública mundial, polarizando as opiniões a respeito, foram a Guerra do Vietnã e a Guerra do Golfo.²²⁴ Ainda, na década de 90, a ONU iniciou a promoção de uma série de encontros internacionais nos quais é tratado matéria de interesse global, pelos quais busca-se exercer pressão política sobre os governos nacionais, mediante a opinião pública internacional, embora não haja uma estrutura comunicativa que permita que a atenção pública dedicada episodicamente durante estas reuniões de cúpulas ultrapasse, num momento seguinte, os limites nacionais.²²⁵

Segundo Habermas, a coesão entre constituição jurídica e cultura política liberal é território propício ao florescimento de instituições de liberdade, constituindo, também, o meio pelo qual se concretizam os avanços de uma civilização, o que permite que o uso público da liberdade de comunicação proporcione o esclarecimento da população e influencie seu posicionamento e forma de pensar.²²⁶ Contudo, tais observações não possuem significado sistemático, em razão da dicotomia entre interior e exterior, moralidade e legalidade – nesta análise transcendental, ignora-se a coesão entre “contemplação prudente de interesses, o discernimento moral e o costume, entre a tradição e a crítica”.²²⁷

5.2.1. Revisão de conceitos kantianos proposta por Habermas

Uma primeira abordagem necessária diz respeito à soberania externa dos Estados quando estes submetem-se a uma aliança duradoura. Kant não fornece um

223 HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro – estudos de teoria política*, São Paulo, Loyola, 2002, p. 197.

224 *Ibidem*, p. 198.

225 *Idem*.

226 *Ibidem*, p. 198/199.

227 *Ibidem*, p. 199.

conceito consistente desta federação de Estados a fim de se vislumbrar o estabelecimento de um vínculo institucional entre as potências internacionais, através do qual poder-se-ia garantir um comportamento jurídico de seus membros sob pena de sanção; assim, sem a verificação desta situação entre os governos particulares, jamais “o sistema de Estados soberanos [...] poderá transformar-se em uma federação com instituições em comum [...] que regulem a relação de seus membros entre si e controlem a observância destas regras”.²²⁸

O texto da Carta da ONU, no intuito de atender a este imperativo – de respeitar a soberania nacional ao mesmo tempo em que vincula, juridicamente, os Estados – traz, em seu corpo, uma disciplina ambígua: pelos preceitos previstos na Carta, p. ex., veda-se a intervenção em assuntos internos dos membros, porém é facultado, mediante autorização do Conselho de Segurança, intervir em caso de ameaça ou violação à paz internacional.²²⁹ Esta regulamentação, ainda que aparentemente contraditória, não é incoerente, haja vista que, conforme esclarece Habermas, a Carta regula situação de trânsito, pois não existem, ainda, institutos jurídicos comuns a todos os membros da ONU que garantam o comportamento jurídico mencionado, nem instrumentos empíricos idôneos a exercer coerção e sanção a eventuais antijuricidades – basta lembrar, exemplificativamente, que as decisões da Corte Internacional de Justiça não possuem poder vinculativo aos Estados e que a ONU não possui uma força militar própria.²³⁰

Sobre este assunto, é interessante uma comparação entre o espírito que vigorava quando da formação da Liga das Nações e o presente em relação às Nações Unidas: o primeiro, como anteriormente descrito, vivia um idealismo que acreditava não apenas que as ideias de paz poderiam se concretizar tal qual previstos pelos filósofos iluministas, mas que este ideal pacífico se realizaria por meio de instrumentos naquela época instituídos; já quanto a ONU, não houve o entusiasmo de esta poder realizar as aspirações pacíficas universais, tal qual havia em relação à Liga, mas houve a certeza de que esse é o único caminho para uma futura concretização desta paz.²³¹

Outra questão referente a soberania a que Habermas propõe uma revisão conceitual é a dos reflexos desta soberania sobre os indivíduos em uma relação de

228 HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro – estudos de teoria política*, São Paulo, Loyola, 2002, p. 201.

229 *Idem*.

230 *Ibidem*, p. 202.

231 NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant – Filosofia do Direito Internacional e das relações internacionais*, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 164.

direito cosmopolita. Na análise do filósofo frankfurtiano, Kant foi pouco consequente ao escrever que a união cosmopolita seria uma união de Estados federados, não de indivíduos, haja vista que, anteriormente, ele definira a condição jurídica como o direito original derivado da própria condição humana do indivíduo, a partir da qual pode-se estabelecer uma garantia jurídica à liberdade a fim de se alcançar a paz perpétua e conforme às três dimensões do direito público.²³² Em contraponto a este entendimento, Habermas cita Carl Schmitt: “todo indivíduo é ao mesmo tempo cidadão do mundo (no sentido pleno da palavra) e cidadão de um Estado em particular”;²³³ a consequência mais importante desta posição é a possibilidade de responsabilizar pessoalmente um indivíduo por cometimento de ilícitos ao executar ordens oriundas do Estado para o qual presta serviço.²³⁴

Todavia, a ordem jurídica internacional foi além do proposto por Kant: para além da obrigação da Carta da ONU de que seus membros observem e cumpram os direitos humanos, existe previsão jurídica de um indivíduo opor-se ao próprio governo de seu país, caso este viole seus direitos humanos.²³⁵ Não obstante esta seja a realidade jurídica em vigor, a ausência de um Poder Executivo no plano internacional impede a efetivação dos direitos humanos em caso de sua violação por Estados soberanos, na medida em que a ação da ONU depende da anuência daqueles ou, caso inexistam um governo instituído, a dos Estados envolvidos.²³⁶ A consolidação em torno do entendimento jurídico acerca das hipóteses em que se deve excepcionar a regra da não intervenção na política interna dos Estados membros vem sendo construída paulatina e casuisticamente pela ONU, através, principalmente, das resoluções do Conselho de Segurança.

232 HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro – estudos de teoria política*, São Paulo, Loyola, 2002, p. 202/203.

233 SCHMITT, Carl, *Die Wendung zum diskriminierenden Kriegsbegriff*, Berlim, 1988, p. 16, *apud* HABERMAS, *op. cit.*, p. 203.

234 *Idem*. Habermas cita apenas a possibilidade de responsabilizar pessoalmente o indivíduo “por crimes cometidos em serviços prestados sob ordens do Estado ou na guerra”, contudo, não se evidencia razão para restringir a responsabilização somente nestes casos e não a estender, também, para casos em que há lesão a direitos não tutelados penalmente pela ordem internacional. Pense-se, por exemplo, num ato praticado, não em situação de guerra, por um agente estatal que cause grave prejuízo a ordem econômica de determinado grupo de países em decorrência da prática de um ilícito civil: segundo a concepção de que o indivíduo também integraria a ordem jurídica cosmopolita, não há, ao menos em tese, nenhuma razão para vedar que os países prejudicados venham a reclamar, perante cortes internacionais, a reparação dos danos causados.

235 Como exemplo, cita-se o artigo XIV, 1., da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países”. Conquanto haja previsão expressa, não há via jurídica para a realização deste direito, ou seja, uma pessoa não consegue, individualmente, ter declarada sua condição de perseguido pelo governo e ser reconhecido como refugiado perante um órgão internacional.

236 HABERMAS, *op. cit.*, p. 203/205.

O terceiro ponto para o qual Habermas propõe a necessidade de revisão é o próprio conceito de “paz”, decorrente da estratificação da sociedade e da globalização dos riscos. Essa estratificação da sociedade mundial é concebida, na ótica habermasiana, a partir da conhecida distinção do mundo em “três mundos”: o “Terceiro Mundo”, constituído por países cuja infra-estrutura e o monopólio do poder são debilitados ou fragmentados e que sofrem intensa tensão social interna – as guerras, nas últimas décadas, ocorreram, em sua maioria, nestes territórios; na posição oposta, o “Segundo Mundo”, formado por países que, para compensar as instabilidades anteriormente mencionadas, investem em constituições autoritárias e na afirmação externa de sua soberania; numa situação distintas destes, o “Primeiro Mundo”, que seria aqueles cujas condições políticas e sociais possibilitariam a harmonização de seus interesses com as exigências de tendência cosmopolita da ONU.²³⁷

Em que pese estas diferenças reais entre os Estados componentes da Nações Unidas, a qual, atualmente, abriga todos os Estados existentes, “independentemente de serem republicanos ou de respeitarem ou não os direitos humanos”,²³⁸ a organização jurídica dos povos acaba por abstrair desta realidade, fato que Kant ignorou e, destaque-se, nem teria como ter percebido, em razão da época em que viveu.²³⁹ A despeito desta estratificação, Habermas apresenta proposta de possibilidade de superação das tensões sociais e do desequilíbrio econômico, por ação política da ONU, através da formação de um consenso em três direções:

uma consciência histórica partilhada por todos os membros em relação à não simultaneidade das sociedades, que no entanto dependem, todas ao mesmo tempo, da coexistência pacífica; uma concordância normativa sobre direitos humanos, cuja interpretação ainda causa polêmica entre europeus, de uma lado, asiáticos e africanos, de outro; e um entendimento comum sobre a concepção da condição pacífica almejada.²⁴⁰

Conforme explana Habermas, a paz, diferentemente do conceito negativo descrito por Kant, deve ser entendida como uma processo que vise à realização de “pressupostos reais para o convívio livre de tensões entre grupos e povos”, por meio de intervenções humanitárias fomentadoras de uma autonomia sustentável, “com

237 HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro – estudos de teoria política*, São Paulo, Loyola, 2002, p. 207.

238 *Ibidem*, p. 206.

239 *Ibidem*, p. 208.

240 *Idem*.

relações sociais administrativas, a participação democrática, a tolerância cultural e a condição efetiva de um Estado de direito”.²⁴¹

Essas estratégias não-violentas em favor de processos de democratização contam com que as integrações globais em rede, nesse entremeio, tenham tornado todos os Estados em dependentes de seu mundo circunstante, e também sensíveis ao poder “brando” de influências indiretas – inclusive a sanções econômicas impostas de maneira implícita.²⁴²

Habermas reconhece a dificuldade da implementação desta espécie de estratégia pacifista, a qual exige a convergência de quatro fatores: a unanimidade dos membros permanentes do Conselho de Segurança; os governos nacionais devem ser mobilizados pela opinião pública interna à prática de políticas externas pacifistas; formação de regimes regionais de expressão mundial e; incentivo a um comércio globalmente coordenado e perceptivo dos perigos globais.²⁴³ Contudo, há forças econômicas e sociais que agem em sentidos opostos, como a orientação neoliberal que conduz os processos de integração regional, contradizendo prioridades sociais e políticas e dificultando a realização de uma federação de Estados cuja igualdade de tratamento não seja apenas formal.²⁴⁴

5.3. COSMOPOLITISMO E OPINIÃO PÚBLICA – OS DIREITOS HUMANOS NO PROJETO DE KANT

Como anteriormente escrito, Habermas propõe uma revisão no conceito de paz com fundamento nas desigualdades materiais que há nos países participantes da atual tentativa de implementação de uma sociedade cosmopolita, apontando, como um dos germens que levaria à superação das tensões decorrentes desta desigualdade, a formação de um consenso quanto as normas de direitos humanos. Nestas poucas linhas que se seguem, far-se-á uma curta reflexão sobre este consenso a respeito dos direitos humanos numa sociedade cosmopolita e o papel da opinião pública neste processo.

241 HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro – estudos de teoria política*, São Paulo, Loyola, 2002, p. 208. Consoante o contido no terceiro artigo definitivo do projeto kantiano de paz perpétua, a condição jurídica cosmopolita limitar-se-ia ao direito do estrangeiro a não ser tratado com hostilidade em virtude da sua vinda ao território do outro (KANT, Immanuel. *Sobre La paz perpetua*, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998, p. 27).

242 *Ibidem*, p. 209.

243 *Idem*.

244 NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant – Filosofia do Direito Internacional e das relações internacionais*, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 168.

A dimensão cosmopolita do direito, tal como disciplinada por Kant, foi reconstruída na década de 1990 como referência à política de direitos humanos, a qual, de uma maneira deturpada, é utilizada como uma moralização destrutiva da própria política – afirma-se agir em nome dos direitos humanos (ou da humanidade), reivindicando para si a promoção da paz, justiça, progresso e civilização, negando tais atributos aos adversários.²⁴⁵ O filósofo prussiano já advertira que “não há limites para os direitos de um Estado contra um *inimigo injusto*”.²⁴⁶

Se se entender como direitos humanos aqueles que são inatos a cada indivíduo pela sua própria natureza humana, pode-se afirmar que Kant, em sua *Metafísica dos Costumes*, já tratara de tais direitos, os quais poderiam ser resumidos em um único: o direito de liberdade, como a faculdade de coexistir com a liberdade alheia segundo uma lei universal, a qual implicaria uma igualdade inata.²⁴⁷ Por certo que, ainda que abstratamente, este conceito de direitos humanos não consegue responder às demandas sobre direitos humanos existentes hoje, contudo, o importante desta enunciação, é a definição do caráter jurídico dos direitos humanos.

Neste ínterim, as potências globais submetidas a um direito cosmopolita (ainda que imperfeito e em situação de trânsito) e que atuem em garantia dos direitos humanos não estão a exercer uma atividade ética, mas jurídica. Entretanto, a deturpação desta política de direitos humanos induz a opinião pública a identificar esta realização material²⁴⁸ de uma política de direitos humanos promovida por dado Estado como a realização de um bem moral, e não como uma ação jurídica.

Kant já identificava o princípio da publicidade como fator legitimador do direito público, no qual, como anteriormente destacado, inclui-se o direito cosmopolita. E esta ideia de que as instituições jurídicas internacionais, conjuntamente com a opinião pública, poderiam pacificar as relações entre Estados fora a tônica da fase idealista das Relações Internacionais.²⁴⁹ Por esta corrente, as negociações e tratados secretos seriam substituídas pela diplomacia pública, pois, para tal pensamento idealista, a opinião pública seria a mais poderosa força a atuar no plano internacional.²⁵⁰ Entretanto, esta opinião pública mundial, até

245 NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant – Filosofia do Direito Internacional e das relações internacionais*, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 168.

246 KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Bauru, Edipro, 2003, p. 192

247 *Ibidem*, p. 83.

248 Por meio do *softpower* ou por uso da força bélica.

249 NOUR, *op. cit.*, p. 176.

250 NOUR, *op. cit.*, p. 177.

aproximadamente a década de 90, não era mais do que consensos morais nacionais espacialmente limitados.

Mesmo admitindo-se que atualmente possa-se falar em opinião pública universal, ainda que a significação de “universal” exija sérias limitações, esta conviveria com duas condições que prejudicam sua atuação: a manipulação da opinião pública pela propaganda (oficial ou não) e o fato de que o sistema de diplomacia de gabinete ainda permanecer paralelamente às negociações da ONU.²⁵¹ Pela primeira, há a formação de uma opinião pública parcial, inconsistente e incoerente com os fatos, desintegrando o desenvolvimento da própria moralidade pública; pela segunda, impede-se que os preceitos de direito internacional sejam conhecidos plenamente pelo público, em detrimento ao princípio da publicidade, o que obstaculiza o estabelecimento de uma condição jurídica cosmopolita.

Estas falhas na formação da opinião pública, em prejuízo de uma real publicidade, é utilizada pelas potências internacionais ao avocarem para si a tutela dos direitos humanos. Esta política, manifestamente, conduz a inúmeras guerras em nome de um princípio moral – da humanidade – e a atos desumanos em relação a elencados inimigos.²⁵² Esta deturpação dos direitos humanos, magistralmente feita por uma opinião pública parcial (em todos os sentidos), tem espaço com o esvaziamento jurídico desses direitos fundamentais, imbuindo-os unicamente de conteúdo moral. Aqui, há uma confusão entre moral e direito: os direitos humanos, como direito fundamental, é essencialmente jurídico, não um preceito moral; todavia, sua *fundamentação* dá-se por argumentos morais – o que “em nada prejudica a qualidade jurídica dos direitos fundamentais, nem faz deles normais morais”.²⁵³

Por certo, a norma que deveria sustentar toda ação política internacional de direitos humanos, numa condição cosmopolita, é uma norma jurídica. No entanto, deve-se indagar o porquê destas ações serem fundadas publicamente em preceitos morais. Esta resposta fica mais próxima ao se considerar o caráter legitimador do direito que a moral desempenha.²⁵⁴ Um consenso moral sobre dada matéria exige a existência de interesses comuns dentro de uma comunidade comunicativa: “o importante é que seja possível o assentimento de todos os atingidos e, para que isso

251 NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant – Filosofia do Direito Internacional e das relações internacionais*, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 182/183.

252 HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro – estudos de teoria política*, São Paulo, Loyola, 2002, p. 212.

253 *Ibidem*, p. 214/215.

254 DUTRA, Delamar José V. *Razão e consenso em Habermas – A teoria discursiva da verdade, da moral, do direito e da biotecnologia*, Florianópolis, Ed. UFSC, 2005, p. 219.

aconteça, é preciso descontextualizar”.²⁵⁵ Desta feita, torna-se legítima, perante uma coletividade, uma ação política cujo pressuposto jurídico é frágil, por intermédio de sua moralização. Também, pelo mesmo motivo, torna-se possível a realização de guerras desumanas em favor dos direitos humanos.

Contra essa moralização destrutiva da política de direitos humanos, a qual utiliza os instrumentos clássicos do direito internacional, como a guerra para impor uma condição ao sujeito transgressor de um direito, Habermas escreve que:

o estabelecimento de uma situação cosmopolita significa que as violações aos direitos humanos não são julgadas e punidas *imediatamente* sob pontos de vista morais, mas sim perseguidas como ações criminosas no âmbito de uma ordem jurídica estatal – e segundo procedimento jurídicos institucionalizados.²⁵⁶

Afinal, não é preciso muito esforço para concluir que a opinião pública daqueles que suportam o ônus da guerra é de que só há sentido um *direito* internacional que conduza-se para afastar a guerra, corrigir as desigualdades materiais e proteger os indivíduos contra os desmandos de ditaduras – elementos estes que impedem a constituição real de um espaço público universal.²⁵⁷

Para encerrar, assevera-se que não há uma oposição entre os argumentos jurídicos e morais de direitos humanos, assim como não há oposição entre moral e direito – o que se difere é a estrutura normativa de ambos: é juridicamente inválida uma ação fundada exclusivamente em imperativos morais, porém, pode ser moral uma ação fundada exclusivamente num imperativo jurídico. Desta feita, não se deve isentar a política da dimensão moral, mas, antes, deve-se positivar democraticamente a moral, dotando-a de procedimentos jurídicos de aplicação e imposição.²⁵⁸ Assim, evita-se o fundamentalismo dos direitos humanos, não pela renúncia de uma política a eles voltada, “mas apenas por meio da transformação cosmopolita da *condição natural* entre os Estados em uma *condição jurídica* entre eles”.²⁵⁹

255 DUTRA, Delamar José V. *Razão e consenso em Habermas – A teoria discursiva da verdade, da moral, do direito e da biotecnologia*, Florianópolis, Ed. UFSC, 2005, p. 221. Um exemplo desta descontextualização no plano internacional é o consenso formado quanto ao terrorismo: embora seja difícil a conceituação jurídica do que seja um ato de terrorismo, o consenso moral formado em torno de sua ideia fundamenta e justifica inúmeras ações estatais quase sem fundamento jurídico.

256 HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro – estudos de teoria política*, São Paulo, Loyola, 2002, p. 217.

257 NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant – Filosofia do Direito Internacional e das relações internacionais*, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 188.

258 GÜNTHER, Klaus. Kampf gegen das Böse? Wider die ethische Aufrüstung der Kriminalpolitik, *Kritische Justiz*, n. 27, p.135-157, 1994, *apud* HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro – estudos de teoria política*, Trad. George Sperber e Paulo Astor Soethe, São Paulo, Loyola, 2002, p. 227.

259 HABERMAS, *op. cit.* p. 227.

6. CONCLUSÃO

Transcorridos mais de dois séculos da edição da obra *À Paz Perpétua*, os ideais por ela propagados continuam produzindo frutos nos foros tanto acadêmicos quanto políticos. Tal como escreveu Habermas, vive-se uma era de transição na política internacional: já se ultrapassou a época em que a guerra era uma opção juridicamente legítima para a condução das relações internacionais de um Estado; atualmente, embora a guerra exista, ela não encontra amparo jurídico. Contudo, em que pese a ausência de justificação jurídica, a guerra é aceita pela comunidade internacional, quando esta entende serem os malefícios da guerra de menor grau se comparados à situação por ela combatida.

Este vácuo jurídico, como demonstrado anteriormente, importa uma deturpação do uso da moral, a qual acaba sendo instrumentalizada, justificando os abusos cometidos em ações bélicas – tidos como um mal necessário. A obra kantiana, ao contrário desta concepção instrumental da moral, busca a realização, na esfera internacional do direito das gentes e do direito cosmopolita, da paz social propulsionada pela experiência republicana (ou democrática), cuja consequência direta, dentre outras, foi a estabilização das relações no interior dos Estados, propiciando, assim, o estabelecimento e consolidação de um estado jurídico.

No entender de Kant, assim como os indivíduos cedem parcela de sua “liberdade natural” em favor de um ente a eles superior que tem a função de garantir a fruição da “liberdade civil”, constituindo o direito a própria condição para o fruir desta, os Estados, como potências políticas, devem ceder parcela de sua soberania natural, cujo exercício descomedido é a principal causa de guerras, em favor, agora, não de um ente superior aos Estados, mas à própria coletividade de Estados. Deste modo, estes deixariam uma condição de guerra para ingressar numa condição jurídica – a qual apenas pode subsistir ante a existência de leis de liberdade e em um ambiente onde existem instrumentos jurídicos intitucionalizados a permitir o exercício de direitos cometidos por estas leis, bem como o seu desobstaculizamento, caso sejam estes direitos violados por outrem.

Na esteira do que já foi explanado, pode-se concluir que o projeto kantiano de paz perpétua constituiu um avanço na visão acerca do direito internacional – rompe-se a lógica da guerra, levando à órbita internacional as condições jurídicas existentes no direito interno. O salto entre o que metafisicamente propôs Kant e o

que era vivenciado pelo mundo empírico foi de tal magnitude que, somente após mais de um século de seu escrito, ao final da Primeira Guerra Mundial, é que a comunidade internacional buscou a implementação de sua proposta. Ainda, deve-se considerar que, não obstante a experiência demonstre estar a comunidade dos homens distante da realização dos preceitos escritos por Kant, a ação humana deve considerar a paz perpétua como uma realização possível, em obediência ao imperativo categórico de que “*não deve haver guerra alguma*”.²⁶⁰

Por fim, deve-se haver cautela na reflexão da obra kantiana. É imprescindível a consideração que o substrato empírico observado por Kant era a realidade do século XVIII. Assim, embora muitos de seus conceitos sejam ainda válidos, faz-se preciso uma reconceituação de determinados objetos tomados pelo filósofo, o que, inevitavelmente, afetará a validade atual das conclusões kantianas. Em outras palavras, ainda que o método de reflexão de Kant possa ser, não sem ressalvas, utilizado para a análise da realidade atual, em específico, da realidade das relações entre Estados, o conteúdo desta reflexão deve ser contemporanizado.

260 KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Bauru, Edipro, 2003, p. 196.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Régis de C. *Kant: a liberdade, o indivíduo e a república*. In WEFFORT, Francisco C. (org.), *Os Clássicos da Política* – Vol. 2, São Paulo, Ática, 2005.

BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emmanuel Kant*, trad. de Alfredo Fait, São Paulo, Mandarim, 2000.

BYERS, Michael. *A lei da guerra – Direito Internacional e conflito armado*, trad. de Clóvis Marques, Rio de Janeiro, Record, 2007.

DESCARTES, René. *Discurso do Método*, trad. de Paulo Neves, Porto Alegre, L&PM, 2005.

DUTRA, Delamar José V. *Kant e Habermas – a reformulação discursiva da moral kantiana*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002.

_____. *Razão e consenso em Habermas – A teoria discursiva da verdade, da moral, do direito e da biotecnologia*, Florianópolis, Ed. UFSC, 2005.

_____. *Manual de filosofia do direito*, Caxias do Sul, Educs, 2008.

HABERMAS, Jürgen. *A ideia kantiana de paz perpétua – à distância histórica de 200 anos*. In: _____. *A inclusão do outro – estudos de teoria política*, Trad. George Sperber e Paulo Astor Soethe, São Paulo, Loyola, 2002.

HUME, David. *An Enquiry Concerning Human Understanding*, disponível em: <<ftp://eremita.di.uminho.pt/pub/gutenberg/etext06/8echu10h.htm>>. Acesso em 29/09/2010.

KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Trad. de Edison Bini, Bauru, Edipro, 2003.

_____. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Trad. de Leopoldo Holzbach, São Paulo, Martin Claret, 2008.

_____. *Sobre La paz perpetua*, Trad. Joaquim Abellan, 6ª Ed., Madrid. Tecnos, 1998.

_____. *Metaphnfik der Sitten*, Königsberg, Friedrich Nicvloving, 1798.

LEITE, Flamarion T. *Manual de Filosofia Geral e Jurídica: das origens a Kant*, 2ª Ed., Rio de Janeiro, Forense, 2008.

MELLO, Celso D. de A. *Direito Internacional Público*, 5ª Ed., Rio de Janeiro, Freitas Basto, 1976.

NOUR, Soraya. *À paz perpétua de Kant – Filosofia do Direito Internacional e das relações internacionais*, São Paulo, Martins Fontes, 2004.

PASCAL, Georges. *Compreender Kant*, Trad. de Raimundo Vier, 3ª Ed., Petrópolis, Vozes, 2007.

RESEK, Francisco. *Direito Internacional Público*, 11ª Ed., São Paulo, Saraiva, 2008.

SALDANHA, Eduardo, e ANDRADE, Melanie M. de. *Immanuel Kant – Idealismo e a Carta da Onu*, Curitiba, Juruá, 2008.

SILVEIRA, Fernando L. da. A teoria do conhecimento de Kant – O idealismo transcendental, *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, Florianópolis, v. 19, número especial, p. 28-51, jun. 2002

VENTURA, Deisy, e SEINTENFUS, Ricardo. *Introdução ao Direito Internacional Público*, 2ª ed., Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2008.

WOOD, Allen W. *Kant – Introdução*, Trad. Delamar José Volpato Dutra, Porto Alegre, Artmed, 2008.